Fomento à Cultura Digital
De acordo com a BNCC



Caderno Metodológico

Educação Fiscal

Gerência de Currículo
da Educação Básica

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação
Secretaria da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

EDUCAÇÃO FISCAL

Tema Integrador
Educação Financeira e Fiscal

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL
Consciência fiscal, a força do cidadão!

Vitória, ES
2024
2ª Edição

Gerência de Currículo da Educação Básica

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Governo do Estado do Espírito Santo, ES, Brasil)

Espírito Santo (Estado)

E77e

Educação fiscal: tema integrador: educação financeira e fiscal (livro eletrônico) / Organizadores Aleide Cristina Camargo; Andréa Guzzo Pereira; Vitor Amorim de Angelo. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo.
2. ed. Vitória, ES: SEDU, 2024.

22.699 Kb
Bibliografia
ISBN: 978-65-85134-65-1

1. Educação financeira. 2. Educação fiscal. 3. Educação - Espírito Santo (Estado). I. Camargo, Aleide Cristina de. II. Pereira, Andréa Guzzo. III Angelo, Vitor Amorim de. IV Título.

CDD: 336
CDU: 37:33

Elaborado pelo Bibliotecário Gabriel de Menezes Oliveira – CRB 4044/MG

Governador do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande
Secretário de Estado da Educação
Vitor Amorim de Angelo
Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Andréa Guzzo Pereira
Gerente de Currículo e Educação Ambiental
Aleide Cristina de Camargo

Secretário de Estado da Fazenda
Marcelo Martins Altoé

Subsecretário de Estado da Receita
Benício Suzana Costa
Gerência de Arrecadação e Cadastro
Thiago Duarte Venâncio
Subgerência de Educação Fiscal
Deuber Luis Vescovi de Oliveira
Coordenador do curso Disseminadores de Educação Fiscal
Arthur Sérgio Rangel Viana
Subgerência de Treinamento e Desenvolvimento (SUTED/ GEDEF/ SUBSAD)
Maria da Penha Zanoni Brito

Gerência de Currículo da Educação Básica | Técnicos Educacionais:

Arte
Marcos Valério Guimarães
Inara Novaes Macedo
Cláudia Botelho
Biologia/ Ciências
Lorena Tereza da Penha Silva
Luciane da Silva Lima Vieira
Vinícius Brito Lima
Educação Física
Korine Cardoso Santana
Vinnícius Camargo de Souza Laurindo
Filosofia
Aline Eduardo Machado
Ernani Carvalho do Nascimento
Física
Carolina Martins de Siqueira Barbosa
Julio Cesar Souza Almeida
Geografia
Wanderley Lopes Sebastião

Bibliotecários
Gabriel de Menezes Oliveira
Joice Rodrigues Teixeira
Mariene Kohler
Roberta Dalfior Cola
Sarah Garcia Fernandes Vargas
Victor Barroso Oliveira

História
João Evangelista de Sousa
Língua Inglesa
Johan Wolfgang Honorato
Língua Espanhola
Mônica Nadja Caniçali
LínguaPortuguesa
Fernanda Maia Lyrio
Maria Eduarda Scarpat
Mariana de Castro Atallah
Matemática
Wellington Rosa de Azevedo
Gabriel Luiz Santos Kachel
Nilceia das Graças Poubel
Laiana Meneguelli
Química
Ester Marques Miranda
Thais Scárdua Rangel Garcia
Sociologia
Aldete Maria Xavier

Organizadores
Aleide Cristina de Camargo
Andréa Guzzo Pereira
Vitor Amorim de Angelo

Autores
Arthur Sérgio Rangel Viana
Carolina Martins de Siqueira Barbosa
João Evangelista de Sousa

Revisão de Texto
Maria da Penha Zanoni Brito

Diagramação e Projeto Gráfico
Dianni Pereira de Oliveira
Carolina Martins de Siqueira Barbosa

Professores Colaboradores:

Abea Nadabbe
EEEF Pautila Rodrigues Xavier Cariacica/ES

Camila de Souza Dardengo
EMEIF Ruth Alice Alegre/ES

Carolina Martins de Siqueira Barbosa
SEDU/ES

Darcila Lopes Soares
EMEIF Ruth Alice Alegre/ES

Ester Barbosa
EEEF Pautila Rodrigues Xavier Cariacica/ES

Flávia Cristina Silva de Oliveira
Instituto Federal do Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim

Franciele Aparecida Magalhães Rocha
EMEIF Ruth Alice Alegre/ES

Gloria da Penha Schimdel
EEEF Pautila Rodrigues Xavier Cariacica/ES

Ivanete Boldrini
EMEIF Ruth Alice Alegre/ES

Ivone Guilherme de Paula
EMEF Professor Lellis Alegre/ES

Jacqueline Castanhi dos Santos
Instituto Federal do Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim

Jacson Moreira de Souza
EMEIF Ruth Alice Alegre/ES

João Evangelista de Sousa
SEDU/ES

Karolyna dos Santos Franklin
Instituto Federal do Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim

Lucas Leal da Silva
Instituto Federal do Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim

Mariany Martins Bitencourt
Instituto Federal do Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim

Marlon R. J. V. dos Santos
Instituto Federal do Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim

Mirian E. de Oliveira
EEEF Pautila Rodrigues Xavier
Cariacica/ES

Renara Albrigo Santana
Instituto Federal do Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim

Valcir Azeredo
EEEF Pautila Rodrigues Xavier Cariacica/ES

Wellington Alves
EEEF Pautila Rodrigues Xavier Cariacica/ES

Zuleide Cristina Barbosa da Silva
EMEIF Ruth Alice Alegre/ES

SUMÁRIO

Apresentação 8
Educação Fiscal 9
Educação Integral 9
Legislação assegura transparência e cidadania fiscal 10
Conceito de tema integrador 16
Educação Fiscal no contexto social 17
Relação Estado- Sociedade 18
Função Social dos Tributos 18
Gestão democrática dos recursos públicos 18

Práticas Pedagógicas: Ensino Fundamental Anos Iniciais
Prática 1: Educação Fiscal 21
Prática 2 : Alfabetização, letramento e matemática: cidadania e Educação Fiscal 25
Prática 3: A origem e a história do tributo 29
Prática 4: Os tributos e os espaços públicos de convivência 32

Práticas Pedagógicas: Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
Prática 1: Educação Fiscal como exercício de cidadania 36
Prática 2 : Cidadania na escola 40
Prática 3: Construindo a cidadania 45
Prática 4 : Estatística: um meio possível para promover a Educação Fiscal 48
Prática 5 : Matemática f inanceira e Educação Fiscal: o estudo interdisciplinar ... 52

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria da Educação (SEDU-ES), da Subsecretaria de Educação Básica e Profissional (SEEB) – Assessoria de Apoio Curricular e Educação Ambiental (AE 11) e da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-ES), Subsecretaria da Receita Estadual (SUBSER), Gerência de Arrecadação e Cadastro (GEARC) - Subgerência de Educação Fiscal (SUEFI), firmam parceria para a construção deste Caderno Metodológico, com o objetivo de desenvolver ações voltadas aos educadores que possibilitem a ampliação e o compartilhamento do conhecimento e de experiências no campo da Educação Fiscal nas escolas, bem como delinear ferramentas que possam atuar como estratégias para desenvolver habilidades e competências em sala de aula.

A elaboração do Caderno está em consonância com as novas diretrizes da educação propostas pela Base Nacional Comum Curricular (Lei nº 13 . 415 /2017), com o Currículo do Estado do Espírito Santo e com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

Neste Caderno Metodológico serão apresentadas informações sobre o que consiste a Educação Fiscal e a importância de abordar esse assunto com os estudantes em todas as etapas da Educação Básica. Nele estarão disponíveis práticas com a temática Educação Fiscal que foram alinhadas às habilidades do Currículo do Estado do Espírito Santo.

Essas práticas foram elaboradas por meio de planos de aula e projetos que foram construídos e desenvolvidos por graduandos do Curso de Extensão I no Ensino de Matemática do IFES - Cachoeiro: “A Educação Matemática e os Desafios Para o Financiamento da Educação Básica Pública no Contexto Tributário Brasileiro”; por professores participantes do curso Disseminadores de Educação Fiscal, na modalidade EAD, ofertado pelo Programa Estadual de Educação Fiscal, coordenado pela Subgerência de Educação Fiscal, em parceria com a Subgerência de Treinamento e Desenvolvimento da SEFAZ-ES, para professores dos municípios de Alegre, Mucurici, Montanha, Ecoporanga, Jaguaré, Nova Venécia e Ponto Belo; técnicos da SEDU (Assessoria de Apoio Curricular e Educação Ambiental) e por professores da EEEF Pautila Rodrigues Xavier. As práticas têm como finalidade socializar práxis com a temática Educação Fiscal.

Com a produção do Caderno Metodológico não se espera tecer um rol exaustivo de práticas, tampouco esgotar o tema da Educação Fiscal e sua relação com a educação, mas sim, contribuir e somar com o compromisso de levar as melhores práticas aos educandos do nosso Estado e enriquecer as possibilidades de atuação e discussão sobre a temática.

Bom trabalho!!!



EDUCAÇÃO FISCAL

Analisando as finalidades da Educação no Brasil, é fundamental a leitura do Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Considerando que o direito ao trabalho e à educação são elementos fundamentais da cidadania, tem-se que o objetivo primeiro da educação no Brasil é o de “preparar o educando para o exercício da cidadania”. A Educação Fiscal busca incentivar essa participação social do cidadão.

Ao tratar do eixo Educação Fiscal precisamos considerar as leis já existentes que embasam a importância do ensino desse eixo. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), define em seu Art. 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”, e segue em seu parágrafo segundo afirmando que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

O Documento Base do Programa Nacional de Educação Fiscal compreende que “A Educação Fiscal visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado. Outros temas importantes para a Educação Fiscal são: tributo e sua função social como instrumento que pode e deve ser utilizado para promover as mudanças e reduzir as desigualdades sociais; a qualidade da gestão dos gastos públicos; orçamento público; o combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, e a pirataria; participação e controle social, entre outros temas. O PNEF sugere ainda que a Educação Fiscal deve ser entendida como capaz de interpretar as várias teorias financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, instigando o cidadão a aprender e entender o seu papel como contribuinte solidário e participativo que beneficia a todos, inclusive a ele próprio. Para que isso ocorra, deve-se estar consciente da importância da participação no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, ou seja, do controle social, que deve ser pautado na justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito da relação entre o

cidadão “contribuinte”, e o Estado “arrecadador” (Documento Base PNEF - ESAF 2ª, p. 06, ed. Brasília, 2015).

EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral busca o desenvolvimento pleno do estudante em suas diferentes dimensões e está previsto de forma indireta no Artigo 205 da CF/1988, ao afirmar que a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, assim como na LDB que, em seu Artigo 2º, afirma que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando”. Objetivando o desenvolvimento integral do estudante, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deixa claro seu compromisso com a Educação Integral, acentuando a importância das escolas e redes de ensino em “incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.”

A Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação em sua Resolução nº 7 de 2010, fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, destacando em seu Artigo 16:

“Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990),

preservação do meio ambiente, nos termos

da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/1999), educação para o consumo, Educação Fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo."

E segue desenvolvendo nos parágrafos posteriores,

"[...] § 2º A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010)."

O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer nº 7 de 2010:

"A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas" (CNE/CEB, 2010, p. 24).

A Educação Fiscal nos Parâmetros Curriculares Nacionais tem a recomendação para que seja tratada dentro do Tema Transversal **Trabalho e Consumo**: "Tributação: distribuição de renda e justiça social. Na discussão sobre política e distribuição de renda, **um ponto importante a ser considerado é o papel da tributação em sua relação com a cidadania**, questão ligada diretamente ao usufruto de direitos e benefícios sociais por parte dos cidadãos…" (MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais, p. 355).

Ressaltamos que entre os temas que foram abordados na BNCC, destacam-se aqueles contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global. Esses temas são, preferencialmente, trabalhados nas Escolas de forma transversal e integradora. A Educação Fiscal entrou nesse contexto, pois deve ser abordada de forma contextualizada, **visando formar um cidadão consciente, reflexivo e mobilizador, contribuindo para a transformação social**. Visa também compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre **a origem dos tributos, sua função social na atualidade, processos para organizar sua aplicação e o controle social dos recursos públicos**, a partir da adoção de uma abordagem didático-pedagógica.

LEGISLAÇÃO ASSEGURA TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA FISCAL

O Programa Nacional de Educação Fiscal elaborou um **Documento Base** construindo uma referência sobre os principais aspectos do **PNEF**. O Documento busca esclarecer "a função socioeconômica dos tributos, essencial à realização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, contribuindo para o aumento da percepção do cidadão sobre a gestão fiscal" (Documento Base PNEF - ESAF 2ª, p. 03, ed. Brasília, 2015).



Fonte da Imagem: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/programa-educacao-fiscal-sefaz-pe/

Nele, existe uma parte dedicada a legislação nacional onde há a afirmação de que a mesma assegura a **Transparência e Cidadania Fiscal.** Percorre alguns artigos da Constituição, analisa Leis complementares que normatizaram a gestão fiscal, o acesso a informações fiscais e financeiras bem como a informação pública de forma geral e a transparência tributária.

O Documento afirma a consolidação do Estado Democrático de Direito a partir de princípios e objetivos expressos nos três primeiros artigos da Constituição:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL. Constituição, 1988).

O documento também, ao relacionar os Artigos 5º e 37, bem como as Leis Complementares e Ordinárias, que de certa forma os regulamentaram, analisa a importância destes marcos legislativos assegurarem a igualdade de direitos dos cidadãos bem como amparar avanços em matéria de finanças públicas e controle social (Documento Base PNEF - ESAF 2ª, p. 15, ed. Brasília, 2015):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

[...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito

de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

[...] § 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei (BRASIL. Constituição, 1988).

Art. 37 "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..." (BRASIL. Constituição, 1988).

Prosseguindo, o documento destaca a Seção IX do Capítulo I da CF/88 – "DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA" (Documento Base PNEF - ESAF 2ª, p. 16, ed. Brasília, 2015):

Art. 70 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 71 O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: (...)

Art. 74 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Art. 75 As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

E prossegue com a abordagem de artigos da Constituição, destacando o Artigo 165 que indica o conjunto das três peças orçamentárias que são elaboradas pelo poder executivo nas três esferas públicas – municipal, estadual e federal (Documento Base PNEF - ESAF 2ª, p. 17, ed. Brasília, 2015):

Art. 165 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais (BRASIL. Constituição, 1988).

Cabe ressaltar que as leis complementares, citadas anteriormente, que regulamentam os Artigos 5º e 37 da Constituição apresentadas a seguir, merecem destaque, atenção e leitura para um conjunto de normas estabelecidas para a responsabilidade fiscal, transparências pública bem como o acesso à informação:

Lei Complementar nº 101/2000 Conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal - municípios são autônomos constitucionalmente – modelo sistêmico – nenhuma despesa pode ser feita fora do orçamento – receita x despesa.

Lei Complementar nº 131/2009 Determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portais da Transparência-participação popular).

Lei nº 12.527/2011 Conhecida como Lei de Acesso à Informação – Trata do acesso à informação pública, como direito universal, sendo o acesso a regra e o sigilo a exceção.

Lei nº 12.741/2012 Lei de Transparência Tributária - Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do Artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do Artigo 6º e o inciso IV do Artigo 106 da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (Documento Base PNEF - ESAF 2ª, p. 18, ed. Brasília, 2015).

Insta citar que, o documento destaca o Artigo 6º da Constituição, que define os direitos sociais do cidadão:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Este artigo é vinculado ao Artigo 205 da Constituição, que garante e salienta a educação como direito de todos e dever do estado:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Cabe destacar que a manutenção e o desenvolvimento da educação básica pública pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios estão garantidos constitucionalmente através de aplicação mínima de percentuais da receita proveniente de recursos resultante de impostos arrecadados pelas três esferas de governo. Procedimento este detalhado no Artigo 212 da Constituição e seus parágrafos de 1° ao 9°.

Art. 212 A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.[...]

Mais recentemente, por meio da Emenda Constitucional n° 108/2020, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permaneceu como mecanismo de regulamentação permanente para a gestão de parcela significativa dos recursos públicos

aplicados obrigatoriamente na rede pública básica de ensino e na valorização da carreira dos profissionais da educação. Destaca-se desta EC nº 108/2020, o Artigo 212-A, seus incisos, alíneas e parágrafos.

Art. 212-A Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb[1]), de natureza contábil;

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição;

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de estudantes das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea “a” do inciso X do caput e no § 2º deste artigo; [...]

A Constituição Federal define também a elaboração decenal de Planos Nacionais de Educação, neste sentido, a importância da Educação Fiscal, do Orçamento Público e do Controle Social se consolidarem como instrumentos de incentivo à participação e controle social e na construção de um sistema tributário justo e onde os impostos estejam diretamente relacionados a promoção de políticas públicas e serviços públicos de qualidade socialmente referenciada, sob o olhar vigilante dos cidadãos.

Art. 214 A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Por fim, ao estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9394/1996 define que a Educação Básica compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Ao Sistema Estadual cabe assegurar o ensino fundamental e oferecer com prioridade o ensino médio. Cabe ao Sistema Municipal assegurar o ensino infantil e oferecer com prioridade o ensino fundamental. A LDB assinala como diretrizes: a inclusão, a valorização da diversidade, a flexibilidade, a qualidade e a autonomia, assim como, a competência para o trabalho e a cidadania. O exercício da cidadania é garantido no Artigo 22 da LDB, devendo ser entendida como resultado da formação integral do sujeito, ou seja, a formação ética, estética, política, cultural e cognitiva.

Art. 22 A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do caput deste artigo.

O Currículo do Estado do Espírito Santo é orientado por princípios pautados na Educação Integral, que devem subsidiar a política educacional do território. Por meio de sua proposta, visa promover a educação integral, entendida como aquela que possibilita o desenvolvimento do sujeito em suas dimensões intelectual, social, emocional, física, cultural e política, por isso, compreendendo-o em sua integralidade.

“A Educação Fiscal é componente da educação formal, contemplada na Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 007/2010, por seu conteúdo atender aos desafios do mundo contemporâneo, como a busca pela dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de qualquer forma de discriminação, a importância da solidariedade e a capacidade de vivenciar as diferentes formas de inserções sociopolítica e cultural.



A Educação Fiscal estimula a cidadania participativa e impõe a transposição dos muros da escola, com foco na prática cidadã. No entanto, para que isso aconteça torna-se necessário possibilitar que o educando, em todos os níveis e modalidades de ensino, com a utilização de metodologia apropriada a cada etapa de sua escolarização, se aproprie dos fundamentos das finanças públicas, desenvolvidos em linguagem lúdica e clara, possibilitando-lhe a compreensão de quais são os caminhos possíveis para interferir na formulação das políticas públicas e no controle das atividades estatais.” (Programa Nacional de Educação Fiscal. Documento Base. Grupo Educação Fiscal - GEF Escola de Administração Fazendária - ESAF 2ª Edição, p. 19. 2015).

CONCEITO DE TEMA INTEGRADOR

Os temas integradores presentes no Currículo do Estado do Espírito Santo fazem referência a assuntos de grande relevância e são considerados como urgentes para a sociedade brasileira. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, possibilitando um posicionamento ético e crítico sobre o mundo.

Portanto, no contexto educacional, essas temáticas são assuntos que não pertencem a uma área do conhecimento em particular, mas que atravessam todas elas, pois delas fazem parte e a trazem para a realidade do estudante, instrumentalizando-os para um maior entendimento da sociedade em que vivem.

Nesse sentido, a Educação Fiscal visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado.

A Educação Fiscal busca desenvolver o conhecimento sobre os tributos e sua função socioeconômica; aspectos relativos à administração dos recursos públicos e a gestão dos gastos públicos; também motiva a participação na elaboração do orçamento público e desenvolve conhecimento acerca dos instrumentos de controle social estimulando a participação popular que pode ser utilizada para promover as mudanças necessárias na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas, buscando reduzir as desigualdades sociais; combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, e a pirataria; entre outros temas.

Para o Programa Nacional de Educação Fiscal é possível que o cidadão se envolva com temas como as finanças públicas e o acompanhamento dos gastos públicos e, por meio desse controle social, acompanhar e analisar o desempenho dos administradores públicos e gerar melhores resultados sociais. A estratégia de implantação da Educação Fiscal abrange a educação formal e não formal, a partir de projetos específicos que contemplem a realidade, diversidade e os contextos social, político e econômico locais, observando as diretrizes fixadas no PNEF.



Na sua origem, a Educação Fiscal voltava-se, especialmente, para professores e estudantes das escolas públicas e privadas, com seu foco de atuação no ensino fundamental e médio. Hoje, a Educação Fiscal busca chegar a todos os níveis de ensino e diversos segmentos da sociedade. Desta forma, por meio do PNEF, a Educação Fiscal contempla os estudantes do ensino da Educação Infantil, Ensino

Fundamental, Ensino Médio e do Ensino Superior e Comunidade Universitária; bem como os(as) servidores(as) públicos(as) das três esferas governamentais e a sociedade em geral.

O conteúdo apresentado a seguir foi extraído do material pedagógico, composto por quatro Cadernos, elaborado e desenvolvido juntamente com o Curso Disseminadores de Educação Fiscal, de responsabilidade do Grupo de Trabalho Nacional de Educação Fiscal – GEF composto por representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, a quem compete definir a política e as ações do Programa (Hoje GT 66 Educação Fiscal, no âmbito da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS, órgão integrante da política fazendária do PLANO ESTRATÉGICO CONFAZ, por meio do Protocolo ICMS nº 44, de 2019).

Esse material tem como objetivo contribuir para uma formação permanente do cidadão (e, nesse caso, em especial os profissionais da educação), na perspectiva de uma compreensão maior da participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos. As quatro temáticas apresentadas entrelaçam fatos sociais, políticos e econômicos que constroem o dinamismo da história, bem como incorporaram temas relacionados ao financiamento da educação básica e aos avanços conquistados institucionalmente em relação à elaboração orçamentária, a transparência e no controle das finanças do Estado: Educação Fiscal no Contexto Social; Relação Estado-Sociedade; Função Social dos Tributos e Gestão Democrática dos Recursos Públicos.

EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL

A sociedade mundial vive um momento de transformações estruturais: globalização, formação de blocos econômicos, crises globais, crise da sustentabilidade do planeta e revolução tecnológica. As mudanças ocorrem com tamanha velocidade que muitas vezes a dimensão humana fica relegada a um segundo plano. Por essa razão, é necessário o repensar constante de nossas atitudes, buscando uma perspectiva mais humanizada nas práticas sociais que desenvolvemos, no sentido de possibilitar maior participação e integração efetiva dos indivíduos no contexto histórico atual. A globalização inicia-se no século XV com as conquistas de territórios em decorrência das grandes navegações. No entanto, hoje assume uma nova face: a da globalização financeira.[...]

Toda sociedade que se quer republicana (rés publica = coisa pública) e democrática deve se organizar em torno de uma Constituição em que os direitos de cidadania ocupam posição nuclear como normas fundamentais a serem observadas e defendidas pelo conjunto da sociedade.[...]

No entanto, a sociedade brasileira ainda está distante de realizar o Estado de Bem-Estar Social preconizado na Constituição. Assim, cabe a todos nós atuarmos para assegurar que os princípios constitucionais sejam concretizados.

É nesse contexto que a Educação Fiscal se alinha a um amplo projeto educativo, com o objetivo de propiciar o bem-estar social, consequência da consciência cidadã e da construção crítica de conhecimentos específicos sobre os direitos e deveres do cidadão, em busca da efetivação do princípio constitucional da dignidade humana.

Assim, a Educação Fiscal deve ser entendida como um instrumento de disseminação de uma nova cultura cidadã, fundada nos seguintes pressupostos:

- Conscientização da função socioeconômica dos tributos;
- Gestão e controle democráticos dos recursos públicos;
- Vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- Exercício efetivo da cidadania;
- Dignidade da pessoa humana.

Esses conceitos alicerçam uma educação capaz de contribuir para a construção da cidadania, pautada pela solidariedade, ética, transparência e responsabilidade fiscal e social, onde o ser humano é superior ao Estado, contemplando reflexões sobre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a relação homem-natureza

no desenvolvimento dos países (Educação fiscal no contexto social / Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, p. 07 a 09, 2014).

RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

A relação Estado e Sociedade vem sendo construída com a história da própria humanidade. É o resultado dos conflitos, dos interesses, das interações e dos sonhos. Tratar dessa relação é falar sobre o poder e a vida gregária, como se organizar e como assegurar a sobrevivência da espécie humana em nossa casa, a Terra, garantindo a um maior número de pessoas o acesso aos recursos básicos que lhes possibilitem viver com dignidade.

Uma breve retrospectiva da relação dialética Estado e Sociedade, na perspectiva do poder, mostra-nos como ela moldou a história da humanidade; explodimos bombas atômicas, produzimos guerras mundiais, declaramos que todos os humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos; criamos doenças e inventamos vacinas; geramos o efeito estufa, comprometemos a biosfera, lutamos contra as mudanças do clima; fomos fundamentalistas, praticamos a tolerância; concentramos renda, lutamos contra as injustiças sociais.

Observe que essas interações continuam acontecendo: os conflitos de interesses e os convívios. Logo, a relação Estado e Sociedade é marcada historicamente por tudo o que construímos no agora por nossas decisões, valores e visão de mundo.

Também construímos quando somos indiferentes ou omissos ou, ainda, quando estamos alheios à realidade. Quando achamos natural vermos crianças nas esquinas mendigando ou se prostituindo. Quando vemos miséria, violência, corrupção, destruição do meio ambiente.

A cada resposta ou omissão, definimos quem somos. A cada sim ou não, construímos essa relação. São nossas marcas deixadas na vida, nossos passos pelo chão.

A condição de estarmos vivos exige responsabilidade e cuidado para conosco, para com o outro, com a natureza e tudo o que está ao redor.

A relação Estado e sociedade é um processo em construção que passa, necessariamente, por cada um de nós: quando agimos e/ou quando nos omitimos (Relação Estado-Sociedade / Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, p. 07, 2014).

FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUTOS

A questão fiscal, por sua relevância, deve alçar a condição de uma política de Estado.

A sociedade tem o direito de saber que o tributo que todos pagam é a principal fonte de financiamento dos serviços públicos, responsável pela realização das políticas sociais de saúde, educação, previdência, assistência social, segurança e pelos investimentos em infraestrutura.

No entanto, para se conferir ao Sistema Tributário esse papel constitucional, essencial à construção de um Estado Democrático de Direito, é imprescindível que o legislador seja capaz de dar efetividade aos princípios constitucionais que balizam sua construção. Nesse sentido, urge sejam discutidas as distorções presentes no Sistema. Não se trata, no entanto, de uma discussão restrita aos limites dos agentes políticos e econômicos. Pelo contrário, como política de Estado, essa temática diz respeito aos direitos de todos os cidadãos brasileiros (Função Social dos Tributos/ Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, p. 07, 2014).

GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS PÚBLICOS

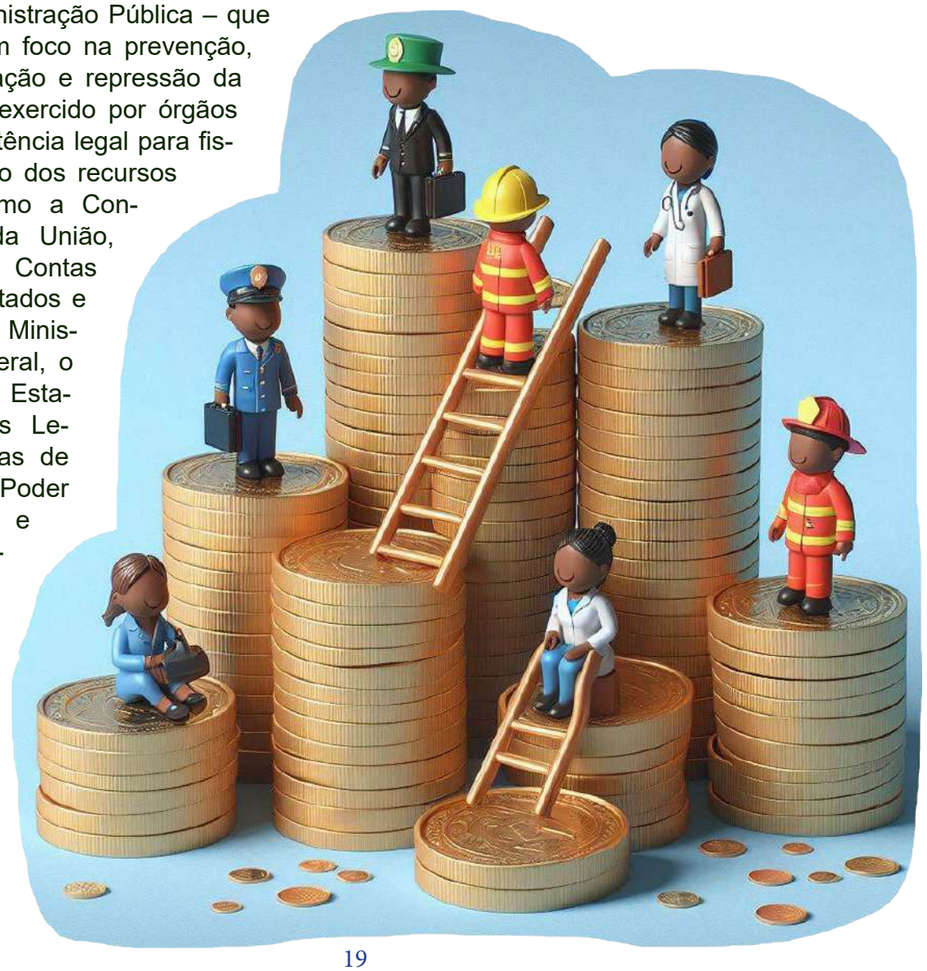
Para cumprir sua finalidade, o Estado institui um sistema legal que estabelece deveres e obrigações aos cidadãos. Nele encontramos a obrigação de contribuir com o pagamento de tributos, cabendo ao Poder Público a autonomia em utilizar o produto da arrecadação para financiar a oferta dos serviços necessários ao bem-estar comum e ao desenvolvimento da Nação.

Portanto, o Poder Público, no âmbito de sua competência e no exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, dispõe dos mecanismos necessários para financiar sua estrutura e também atender às demandas sociais, que são inúmeras: saúde, educação, habitação, saneamento, transportes, segurança, justiça, dentre outras.

Porém, a realidade mais conhecida é a de cidadãos que não são suficientemente atendidos pelo Estado, em localidades onde muitas vezes não há serviços públicos disponíveis a todos. Várias podem ser as causas do problema como, por exemplo, arrecadação insuficiente, ausência de programação no uso do dinheiro público, falta de mão de obra capacitada e sucateamento de prédios e bens públicos. Os instrumentos apropriados para possibilitar a boa gestão dos recursos arrecadados e sua aplicação na aquisição de bens e na oferta igualitária de serviços são o Planejamento e o Orçamento Público.

Para acompanhamento da correta execução do Orçamento Público e verificação do atendimento das demandas sociais quanto à finalidade pública, à legislação e obediência aos princípios constitucionais básicos aplicáveis ao setor público, existe o controle institucional, chamado Controle da Administração Pública – que procura atuar com foco na prevenção, controle, investigação e repressão da corrupção – e é exercido por órgãos que têm a competência legal para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, tais como a Controladoria-Geral da União, os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e o Poder Judiciário (Juízes e Tribunais de Justiça).

Entretanto, tendo em vista a complexidade das estruturas político-sociais de nosso país e o próprio fenômeno da corrupção, o controle da Administração Pública não se efetiva, se ficar restrito ao controle institucional. É fundamental, para toda a coletividade, que ocorra a participação dos cidadãos e da sociedade organizada, não só nas fases de elaboração do Orçamento, a partir do seu planejamento, como também no controle sobre o gasto público, Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF pelo monitoramento permanente das ações governamentais. Para isso, faz-se necessária a exigência do uso adequado dos recursos arrecadados, por meio da participação nas etapas de definição das prioridades para os gastos do governo, zelando assim pela boa e correta destinação do dinheiro público (Gestão Democrática dos Recursos Públicos/ Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, p.07, 2014).





Práticas Pedagógicas
Anos Iniciais

Sugestões para trabalhar em sala de aula

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL
Consciência fiscal, a força do cidadão!

Gerência de Currículo da Educação Básica

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação
Secretaria da Fazenda

PRÁTICA 1: EDUCAÇÃO FISCAL

Autora:Ivone Guilherme de Paula

COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG01 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

CG06 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

CG07 - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

HABILIDADES CURRICULARES

EF01GE01/ES - Descrever características observadas em seus lugares de vivência (moradia, escola, etc.) e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares, auxiliando para a compreensão do local de inserção por meio das relações estabelecidas no cotidiano com a família, vizinhos e as pessoas da escola; e explicitar as diferenças que existem no espaço geográfico, do local para o global, permitindo a percepção das diferenças entre as moradias, ruas, praças e modo de vida das pessoas.

EF02GE03/ES - Comparar diferentes meios de transporte e de comunicação, indicando o seu papel na conexão entre lugares, e discutir os riscos para a vida e para o ambiente e seu uso responsável, compreendendo a rua como espaço público que todos têm o direito de usar, percebendo que as ruas são diferentes, mas que se encontram interligadas e podem nos levar a diferentes lugares, perto ou distantes, por meio dos diversos tipos de transportes e comunicações.

EF03HI09/ES - Mapear os espaços públicos e suas formas de ocupação no lugar em que vivemos (ruas, praças, escolas, hospitais, prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, etc.) e identificar suas funções.

EF05HI05/ES - Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica e potencializadores de políticas públicas e transformações políticas e históricas. Ressaltar os direitos ao desenvolvimento econômico, social, étnico e cultural e o combate ao avanço do empobrecimento dos povos e comunidades tradicionais, das minorias e dos imigrantes. Verificar a existência dessas comunidades no seu bairro e no entorno escolar, estabelecendo relações de respeito e de valorização da cultura e identidade do outro e da que está inserido.

EF15AR06 - Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.

EF15AR23-01/ES - Reconhecer e experimentar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas, identificando elementos específicos das quatro linguagens que dialogam com os mesmos assuntos.

EF12EF01-01/ES - Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas. A prática deve ser organizada de forma a exigir habilidades mais simples, possibilitando o trabalho de uma atitude positiva com relação às diferenças e possibilidades de aprender e desenvolver-se continuamente.

EF12LP02 - Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.

EF15LP10 - Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.

EF15LP13 - Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos (solicitar informações, apresentar opiniões, informar, relatar experiências, etc.).

EF15AR07- 01/ES Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais pelos locais de produção de objetos artísticos, artesanais e profissionais da comunidade (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores, etc.).

EF15AR26 - Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares, etc.) nos processos de criação artística.

EF12EF05-02/ES - Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes e seus fundamentos, explorando capacidades físicas e motoras por meio de atividades lúdicas e criativas, aumentando a complexidade por meio de movimentos que exijam mais habilidades motoras para execução.

EF15LP09 - Expressar-se, em situações de intercâmbio oral, com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa articulação e ritmo adequado.

EF15LP11 - Reconhecer características da conversação espontânea presencial, respeitando os turnos de fala, selecionando e utilizando, durante a conversação, formas de tratamento adequadas, de acordo com a situação e a posição do interlocutor.

EF02CI01/ES - Identificar de que materiais (pedra, barro, madeira, vidro, metais, etc.) são feitos os objetos que fazem parte da vida cotidiana, como esses objetos são utilizados e com quais materiais eram produzidos no passado, ressaltando e se apropriando da cultura local.

OBJETIVOS

Este projeto tem como objetivo que as crianças entendam a Educação Fiscal, qual a função dos tributos, e a quais serviços públicos é destinado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação Fiscal é um tema crucial para a vida e desenvolvimento dos estudantes como cidadãos ativos na sociedade, que de fato entendam quais as suas funções e como as exercem nessa sociedade. A Educação Fiscal está prevista no Programa Nacional de Educação Fiscal.

Muito se tem falado sobre esse tema, mas poucos são os esforços para que o mesmo aconteça na escola de forma mais forte na vida dos educandos.

Para que eles possam se desenvolver conhecendo seus direitos e se tornarem verdadeiramente fiscalizadores, precisam entender qual a função dos tributos e de alguns serviços como: saúde, educação, habitação, saneamento, transportes, segurança, justiça, entre outros, que são mantidos pelo dinheiro arrecadado com os tributos.

Portanto este projeto traz meios para que as crianças entendam a educação fiscal, qual a função dos tributos, e a quais serviços públicos ele é destinado.

PROBLEMATIZAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Neste projeto busca-se desenvolver uma criticidade nos estudantes quanto à Educação Fiscal, por meio de conscientização dos mesmos em atividades como roda de conversa e com o auxílio de vídeos na internet para que possa ser mais clara a compreensão dos estudantes.

A atividade abaixo deverá ser impressa e o(a) professor(a) deverá entregar às crianças para a leitura:

Atividade 1

OS SEVIÇOS PÚBLICOS

O governo recolhe taxas e impostos dos habitantes das comunidades para poder melhorar as condições de vida do lugar e pagar os(as) funcionários(as) que prestam serviços à comunidade.São cobradas taxas sobre a água, luz, esgoto, coleta de lixo, etc.

São cobrados impostos sobre as propriedades, como: veículos, residências e terrenos urbanos e rurais. Com o dinheiro arrecadado, o governo presta ao povo serviços públicos como:

. construção e conservação de estradas, pontes, viadutos, etc.;

. calçamento, limpeza, arborização de ruas, praças, avenidas, etc.;

. serviços de iluminação e transporte;

. construção de rede de água e esgoto;

. tratamento da água para beber e da água servida(esgoto);

. coleta de lixo;

. construção e funcionamento de escolas, creches, parques infantis, bibliotecas, etc.;

. construção de postos de saúde, prontos-socorros, hospitais;

. criação e conservação de áreas de lazer, jardins zoológicos, etc.

Após muita conversa sobre o funcionamento da educação fiscal e como agem e atuam os impostos e demais taxas, serão passados os seguintes vídeos para os estudantes:



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bogNyER_DyY
Acesso: 15 de maio de 2024



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wgqXTu9RkFk
Acesso: 15 de maio de 2024

Após todo o diálogo com os estudantes, serão repassadas as seguintes atividades, como meio de fixação do conteúdo trabalhado:

Atividade 2

EXIJA A NOTA FISCAL

Entre os tributos cobrados no país, para ilustrar a aula, vamos falar de um imposto estadual muito comum, presente no nosso cotidiano:

I.C.M.S - Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e serviços

Você sabe como é cobrado esse imposto?

Quando se faz uma compra na loja ou em um supermercado costuma-se receber uma tira de papel ou um documento que é preenchido pelo balconista. Esse documento chama-se nota fiscal ou cupom fiscal.

Nas lojas, as notas fiscais são expedidas automaticamente, pelos compradores após registrados todos os produtos. Uma cópia do tíquete permanece na máquina, comprovando as vendas realizadas.

Com a fita que contém a relação das compras efetuadas e as notas fiscais, o governo fica ciente do que o dono da loja vende e por quanto vende.

Quando você compra qualquer mercadoria, até mesmo um bombom, você paga um tributo. Esse tributo acha-se incluído no preço. Se o dono do estabelecimento comercial não recolhe o tributo, ele está ficando com a parcela que ajuda a promover o bem comum da população.

É por isso que devemos exigir a nota fiscal, para que o Estado cobre do comerciante o imposto(I.C.M.S.) que lhe entregamos.

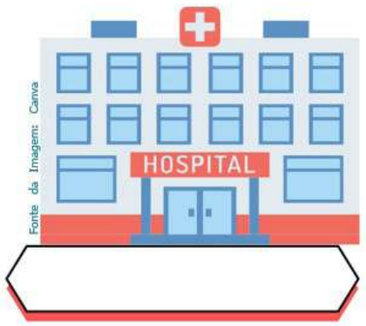


Atividade 3

OS SERVIÇOS PÚBLICOS

O Governo do Município cobra impostos e taxas da população. Com este dinheiro, ele paga os serviços públicos que são mantidos pela prefeitura.

A seguir estão desenhos que representam alguns dos serviços públicos de um município. Escreva o tipo de serviço de acordo com o desenho.













Como forma de fixação serão repassadas, no quadro, as seguintes perguntas:

a) O que é nota fiscal?

b) Por que devemos pagar nossos tributos?

c) Para que é usado o dinheiro arrecadado por meio da cobrança de tributos?

d) Você faz uso de alguns dos serviços oferecidos pelas prefeituras municipais?

e) Produza um texto sobre o que você entendeu sobre os tributos e a importância da nota fiscal.

Faça um desenho sobre a importância dos tributos.

A avaliação da aprendizagem destes estudantes será feita por meio das realizações das atividades propostas e também das suas participações nas rodas de conversas e demais situações que ocorram.

Para que este projeto possa ser executado não serão necessários recursos financeiros, apenas a copiadora, um computador e caixinha de som para que os vídeos possam ser passados, todos fornecidos pela escola.

Como forma de avaliação sobre a aceitação do projeto com os estudantes eles serão convidados a responderem um questionário com as seguintes perguntas:

1- O que você está achando do projeto?

2- Qual a sua parte preferida?

3- Existe algum tema em especial sobre tributos que você gostaria de estudar?

4- Com os conhecimentos que você está adquirindo, o que você pode fazer para melhorar a sociedade em que vivemos?

5- Você conseguiu entender a importância dos tributos?

PRÁTICA 2

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E MATEMÁTICA: CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL

Autores: Mirian E. de Oliveira, Gloria da Penha Schimdel, Valcir Azeredo, Abea Nadabbe, Ester Barbosa e Wellington Alves.

COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG01 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

CG06 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

CG07 - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

HABILIDADES CURRICULARES

EF02GE03/ES - Comparar diferentes meios de transporte e de comunicação, indicando o seu papel na conexão entre lugares, e discutir os riscos para a vida e para o ambiente e seu uso responsável, compreendendo a rua como espaço público que todos têm o direito de usar, percebendo que as ruas são diferentes, mas que se encontram interligadas e podem nos levar a diferentes lugares, perto ou distantes, por meio dos diversos tipos de transportes e comunicações.

EF03HI10/ES - Identificar as diferenças entre o espaço doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental, compreendendo a importância dessa distinção, desenvolvendo comportamentos sociais conscientes e solidários que garantam autonomia e respeito aos diversos espaços que ocupamos.

EF15AR01-02/ES - Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas presentes na cultura local (artistas visuais e artesãos do seu entorno: vila, cidade, comunidade, distrito, etc..), percebendo sua relação com outras produções artísticas e culturais de tempos e lugares distintos, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.

EF04GE03/ES - Conhecer as unidades político-administrativas do país e a organização do território brasileiro e distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais.

EF05HI04/ES - Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos, identificando e valorizando os enlaces culturais e a diversidade, e percebendo que cidadania expressa um conjunto de direitos e deveres que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida em comunidade e do governo de seu país, estado e região.

EF15AR07-01/ES - Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais pelos locais de produção de objetos artísticos, artesanais e profissionais da comunidade (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores etc.).

EF15AR18-01/ES - Reconhecer e apreciar formas distintas de manifestações do teatro, dando destaque às primeiras manifestações teatrais, aprendendo a ver e a ouvir histórias dramatizadas e cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório ficcional.

EF12EF01-01/ES - Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas. A prática deve ser organizada de forma a exigir habilidades mais simples possibilitando o trabalho de uma atitude positiva com relação às diferenças e possibilidades de aprender e desenvolver-se continuamente.

EF15LP01 - Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade e a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.

EF12LP08 - Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e lides em notícias, álbum de fotos digital noticioso e notícias curtas para público infantil, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.

EF15AR20-01/ES - Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em jogos e improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e culturais, observando expressões teatrais em outras matrizes culturais, ampliando o seu repertório e possibilitando novas criações e improvisações.

EF12EF04/ES - Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos e audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade, estabelecendo interações com outras disciplinas, tanto da mesma área de conhecimento quanto das demais, adaptando às possibilidades disponíveis no espaço escolar.

EF12LP02 - Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.

EF12LP09 - Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.

EF04MA10/ES - Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro (por exemplo), oportunizando o trabalho interdisciplinar com a habilidade (EF04LP09), da Língua Portuguesa, no que se refere à leitura de valores monetários e reflexões sobre consumo consciente.

EF05CI05 - Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana.

EF05MA07 - Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com números naturais e com números racionais, cuja representação decimal seja finita, utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.

EF05CI08/ES - Descrever os seus hábitos alimentares, comparando com os de seus colegas e com o que é considerado ideal para a manutenção da saúde do organismo, listando e classificando os alimentos (quantidade de vitaminas, minerais, lipídeos, proteínas e carboidratos, etc.), de forma a organizar um cardápio equilibrado com base nas características dos grupos alimentares e nas necessidades individuais para a manutenção da saúde do organismo.

OBJETIVOS

- Buscar trabalhos que promovam a conscientização da sociedade sobre a importância, necessidade e justificativa para o pagamento de tributos;
- Abordar a ação cidadã da população no acompanhamento, fiscalização e monitoramento da aplicação desses tributos para a melhoria das condições de vida do país como um todo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Relato da experiência desenvolvida na escola EEEF Pautila Rodrigues Xavier:

A cada ano é desenvolvido na escola um projeto de leitura que contemple, de modo transversal, questões de ética e cidadania, meio ambiente e trânsito. Desenvolvemos um projeto para incentivar o hábito da leitura nos estudantes e que também abordasse o tópico Educação Fiscal.

PROBLEMATIZAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Munidos de um Datashow multimídia iniciamos as sextas literárias com duração de uma aula, com leitura de e-books e pequenos filmes e vídeos baseados em livros infantis. Estes vídeos e livros digitais não eram apenas leitura deleite. Eram livros escolhidos com propósito de conscientizar as crianças sobre questões de cidadania, ética, valores, consciência ambiental entre outros.

Para que os temas fossem contemplados utilizamos o material físico que foi disponibilizado ao estudante:

- Os livros didáticos de Língua Portuguesa, Matemática, História e Projeto Ciências utilizados na escola;
- Mídias digitais disponíveis na internet (sites de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul, Plenarinho e *Youtube*).
- A seguir estão relacionadas as obras digitalizadas utilizadas, lidas e vistas por meio digital:

Nossa Rua Tem Um Problema, de Ricardo Azevedo; Editora Ática, 10ª Edição.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Wvi2ZwYQK3k
Acesso: 20 de maio de 2024

A Árvore Generosa, de Shel Silverstein, tradução Fernando Sabino; Editora: Companhia das Letrinhas.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=l3swWsXUCXs
Acesso: 20 de maio de 2024

Grandes Mulheres que Mudaram o Mundo, de Kate Pankhurst, tradução Flávia Yacubian; Editora: Vergara & Riba (sobre Jane Austin).



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lQvR_Yr1fRA
Acesso: 20 de maio de 2024

A Última Árvore da Cidade, de Peter Canavas, tradução Beatriz Ribeiro Guimarães; Editora: Roda e Cia (sobre meio ambiente e dia da árvore).



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ltvyIxtPsAQ
Acesso: 20 de maio de 2024

Somos Todos Extraordinários, de J. R. Palácio; Editora: Instrínseca (um vídeo sobre inclusão).



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bzeD9ExFe2M
Acesso: 20 de maio de 2024

Hoje me sinto, um abecedário de emoções de Madalena Moniz; Editora: V&R.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LHSVUwA7hAE
Acesso: 20 de maio de 2024

Como se fosse dinheiro, Ruth Rocha.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SKlq6RK_0aM
Acesso: 20 de maio de 2024

Dentre estas obras, é possível trabalhar temáticas como Educação Fiscal, Inclusão na Escola, Combate ao *Bullying*, Meio ambiente, diversidade cultural. Cada tema integrado a BNCC em formulários (https://docs.google.com/forms/create?hl=pt-br) ou no *Whatsapp* das turmas.

A cada dia do trimestre, em disciplinas da Base Nacional Comum Curricular, devem ser abordados e desenvolvidos temas sobre a importância dos tributos pagos por cada um, para que tenhamos Educação, Saúde e Segurança. É claro que no currículo do quinto ano não há como

incluir Leis sobre orçamento público de maneira profunda, mas é preciso que cada estudante esteja consciente do seu valor enquanto cidadão.

Para encerrar o projeto de maneira primorosa, sugere-se a Oficina Pedagógica Vendinha Capixaba, da Subgerência de Educação Fiscal da SEFAZ-ES, trazendo para os estudantes a prática do dia a dia de cada cidadão brasileiro que paga seus tributos e espera o retorno em forma de benefícios.

A Oficina Pedagógica Vendinha Capixaba traz filmes seguidos de palestras, e também oferece oficinas práticas, nas quais os estudantes compram produtos recebendo a nota fiscal de sua compra (conforme lembram de pedir), e recebem o retorno do seu comportamento junto ao dono do comércio. Estudantes que pedem a nota fiscal recebem um incentivo, enquanto que estudantes que não a pedem recebem um alerta e voltam às compras, já cientes da necessidade do documento fiscal.

Oficina Pedagógica "Vendinha Capixaba": Educação Fiscal nas Escolas

A "Vendinha Capixaba" tem por objetivo conscientizar a comunidade escolar de que é por meio da emissão dos documentos fiscais que se tem o registro das operações comerciais, o que é necessário para o recolhimento de impostos - aplicados em serviços como saúde, segurança e educação. Esta atividade pedagógica é realizada com palestras, intercalada com vídeos/filmes e finalizada com uma "interpretação" pelos participantes de uma compra numa venda.

Para que a Oficina Pedagógica "Vendinha Capixaba" seja realizada em uma unidade escolar, turno de uma escola, ou turma é necessária a solicitação da mesma por meio do envio de um e-mail, justificando a realização da Oficina

(finalização de um seminário, de uma semana de atividades/ação, culminância de um Plano/projeto de Educação Fiscal), a partir da iniciativa de profissional ou profissionais que realizaram o Curso Disseminadores de Educação Fiscal ou similar e desejam acrescentar a atividade (Oficina Pedagógica) em sua ação na escola.

E-mail de contato: nef@sefaz.es.gov.br

Fonte (texto e imagem): Programa Estadual de Educação Fiscal - SEFAZ- ES.

PRÁTICA 3:
A ORIGEM E A HISTÓRIA DO TRIBUTO

Autor: João Evangelista de Sousa

COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG01 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

CG06 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

HABILIDADES CURRICULARES

EF04HI05/ES - Relacionar os processos de ocupação do campo a intervenções na natureza, avaliando os resultados dessas intervenções, as diferentes dinâmicas de ocupação nessas paisagens, buscando compreender como o desenvolvimento das tecnologias e da organização política, econômica e social foi capaz de modificar as paisagens no passado e como o fazem atualmente, relacionando essas transformações a mudanças na pirâmide social, especialização do trabalho, produção para o mercado externo, além do domínio de tecnologias que reestruturam o modo de produção na agricultura e no manejo de recursos aquáticos e florestais.

EF01CI01 - Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados

de forma mais consciente.

EF15AR26 - Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares, etc.) nos processos de criação artística.

EF05HI02/ES - Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social presentes na antiguidade, sobretudo o papel do chefe de Estado, dos sacerdotes e mulheres, também, a ideia de escravidão dentro desses sistemas.

EF05GE03/ES - Identificar as formas e funções das cidades e analisar as mudanças sociais, econômicas, ambientais e culturais provocadas pelo seu crescimento.

EF12EF06-01/ES - Discutir a importância da observação das normas e das regras básicas dos esportes de marca e de precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes.

EF05GE12/ES - Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida (em áreas como meio ambiente, mobilidade, moradia e direito à cidade) e discutir as propostas implementadas por esses órgãos que afetam a comunidade em que vive, reconhecendo a importância da participação ativa da comunidade no debate, proposição e avaliação de solução para problemas ambientais locais e regionais.

EF15LP01 - Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade e a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.

EF15LP04 - Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos.

EF12EF04/ES - Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos e audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade, estabelecendo interações com outras disciplinas tanto da mesma área de conhecimento quanto das demais, adaptando às possibilidades disponíveis no espaço escolar.

EF12LP14 - Identificar e reproduzir, em fotolegendas de notícias, álbum de fotos digital noticioso, cartas de leitor (revista infantil), digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais.



OBJETIVOS

A aula objetiva exercitar a curiosidade e a cidadania ao abordar o tema que envolve a origem e trajetória histórica dos tributos e, ao seu término, espera-se que os estudantes possam compreender a importância dos tributos na manutenção de direitos e do bem-estar social, e

Educação Fiscal

valorizar os serviços e bens públicos, cuja manutenção depende diretamente dos recursos advindos dessas cobranças.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A origem e a evolução dos tributos remontam a tempos muito antigos, os primeiros registros datam de 4.000 a.C. em tábuas de argila, na escrita em cuneiforme, encontradas na região mesopotâmica. Esse achado permitiu constatar que os tributos eram pagos em alimentos que a população cultivava e parte deles era destinada ao governo.

Ao longo da história, os tributos foram se adaptando aos formatos de governo de cada sociedade. Vale citar diversas sociedades antigas como o Egito, Antiga Grécia, Pérsia, India, Império Romano e, na Idade Média as peculiaridades do sistema feudal europeu. A medida que os Estados foram evoluindo, a economia crescendo e a sociedade diversificando, os tributos acompanharam implementando novos e diferentes tributos e novas formas de coletá-los.

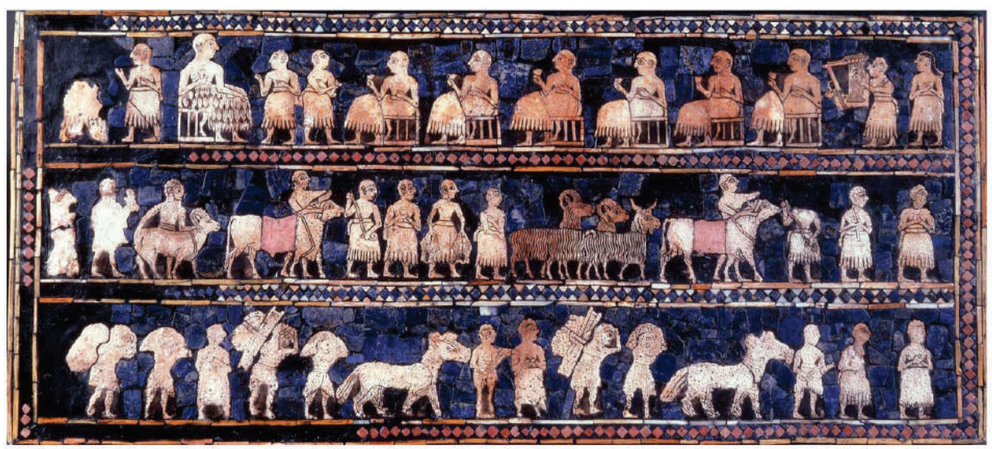
As Grandes Navegações e a descoberta de metais fora da Europa, financiaram a Revolução Industrial e a ascensão burguesa europeia. Esse evento foi um divisor de águas nas relações de trabalho e administração estatal, tornando os processos cada vez mais complexos em todos os campos que envolvem a sociedade. Essa evolução lançou novos desafios para a sociedade, e um deles era justamente garantir os direitos dos trabalhadores, e assim novos tipos de arrecadação foram propostos e implementados, entre eles a seguridade social, que ampara o trabalhador quando este não pode mais desenvolver seu ofício. Portanto, desde os tempos antigos até os dias atuais, o tributo é a forma de financiar o Estado, permitindo o fornecimento de bens e serviços à população.

O que você conhece no seu bairro que é financiado pelos tributos?

PROBLEMATIZAÇÃO

• Apresentar o vídeo “Os Tributos na História e sua Função Social”, que pode ser acessado pelo link disponibilizado no QR Code abaixo:

• Após assistir o vídeo coletivamente, o(a) professor(a) pode organizar a sala por grupos e cada grupo discute um tema relacionado aos tributos, a partir do vídeo ou de material disponibilizado e devidamente explicado pelo(a) professor (a).



Estandarte de Ur, uma cidade-estado suméria da Mesopotâmia, 2.600 AEC
Disponível em: https://acropolemg.blogspot.com/2019/06/a-historia-dos-tributos-do-mundo-antigo.html
Acesso: 22 de Mai. 2024



Obs.: o(a) professor(a) pode optar por formar mais grupos e elaborar mais questões, bem como escolher uma outra forma de abordagem de acordo com as características da turma.

O(a) professor(a) pode optar por apresentação teatral em forma de esquete, para trabalhar com as crianças menores, que ainda estejam no período de alfabetização.

SISTEMATIZAÇÃO

Atenção estudantes, mantenham-se nos centros de aprendizagem e em seguida respondam à pergunta, baseado nas informações apenas do centro que você se encontra.

Depois de conhecerem um pouco mais sobre os tributos, respondam:

Qual a importância dos tributos para o Estado de bem-estar social?

PRÁTICA 4: OS TRIBUTOS E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONVIVÊNCIA

Autor: João Evangelista de Sousa

COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG08 - Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

CG09 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

HABILIDADES CURRICULARES

EF01GE03/ES - Identificar e relatar semelhanças e diferenças de usos do espaço público (praças e parques) para o lazer e diferentes manifestações percebendo que os espaços coletivos podem ser utilizados de formas alternativas: lazer, reuniões, manifestações diversas, aulas, entre outros.

EF05GE12/ES - Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida (em áreas como meio ambiente, mobilidade, moradia e direito à cidade) e discutir as propostas implementadas por esses órgãos que afetam a comunidade em que vive, reconhecendo a importância da participação ativa da comunidade no debate, proposição e avaliação de solução para problemas ambientais locais e regionais.

EF03HI04 - Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua comunidade, cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados e conservados, relacionando a região e suas atividades culturais, percebendo as potencialidades econômicas, sociais e conjunturas políticas de sua região.

EF02ER01/ES - Reconhecer os diferentes espaços de convivência (família, comunidade escolar e cidade), identificando semelhanças e diferenças entre esses lugares.

EF15LP01 - Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade e a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.

EF04GE03/ES - Conhecer as unidades político-administrativas do país e a organização do território brasileiro e distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais.

EF01HI03/ES - Distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade, posicionando-se de forma responsável nos espaços públicos e privados, reconhecendo-se parte das ações que transformam e melhoram o mundo ao desenvolver diversos papéis sociais de filho, estudante, cidadão, ciclista, pedestre e passageiro. Identificando e valorizando os diversos profissionais e papéis exercidos na família, escola e comunidade.

EF03HI09/ES - Mapear os espaços públicos e suas formas de ocupação no lugar em que vivemos (ruas, praças, escolas, hospitais, prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, etc.) e identificar suas funções.

EF15AR07-02/ES - Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores, etc.), principalmente aquelas presentes nas distintas localidades.

EF05MA01/ES - Ler, escrever e ordenar números naturais escritos em textos, gráficos e tabelas impressos em revistas, jornais ou até mesmo em mídias digitais até a ordem das centenas de milhares com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal, incentivar o uso destes na reta numérica.



EF15AR25-01/ES - Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.

EF15AR07-04/ES Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores, etc.), percebendo as semelhanças e diferenças entre categorias do sistema das artes visuais:

1-Espaços de criação, produção e criadores; 2-Espaços de catalogação, difusão, preservação e suas equipes; 3-Espaços de exposição, comercialização e seu público; 4-Espaços públicos que são utilizados para abrigar obras de arte.

EF15AR25-02/ES - Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a local, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de

vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.

OBJETIVOS

Espera-se que os estudantes possam compreender que os espaços de convivência (praças, ginásios esportivos, entre outros) são mantidos pelo Estado graças aos tributos, ou seja, o estado de bem-estar social é dependente dos tributos e que daí decorre sua importância.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apresentar para os estudantes vídeos e fotos de espaços públicos locais, e estabelecer um diálogo debatendo com eles a importância desses espaços para o convívio social, que esses espaços são a materialização da vivência em comunhão de pessoas diferentes, em suas concepções religiosas, classes sociais, raças entre outras diferenças que fazem do Brasil uma nação miscigenada e que a beleza está justamente aí, nesse caldeirão cultural que é o país.

Apresentar aos estudantes o vídeo: “ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS - Características e Diferenças”.

A partir do título do vídeo o(a) professor(a) pode apresentar algumas perguntas norteadoras para fomentar o debate e descobrir o que já sabem sobre o assunto antes de assistirem o vídeo, tais como:

- Qual a diferença entre espaço público e privado?
- O que os tributos têm a ver com os espaços públicos?
- Qual a importância dos espaços públicos na convivência social?
- Quem é responsável pelos espaços públicos?

Após assistir ao vídeo coletivamente, a turma pode discutir sobre as principais questões levantadas no assunto tratado.

Após o vídeo e o diálogo com os estudantes, o(a) professor(a) divide a turma em grupos (a quantidade é escolha do(a) professor(a)), ou pode ser individual, caso o(a) professor(a) perceba ser mais viável. Em sequência ele orienta os grupos para fazerem uma pesquisa no local onde vivem sobre os espaços públicos frequentados por eles(a) e suas famílias, relatando o quão relevante esses espaços lhes parece, e se não tem, o quanto a falta lhes faz.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C5E6h0guIxg
Acesso: 22 de maio de 2024

O(a) professor(a) deve relacionar a construção e manutenção desses espaços com os tributos que são recolhidos, e indicar aos estudantes que eles podem conversar com os vizinhos, pais, autoridades, entre outros para obter essas informações.

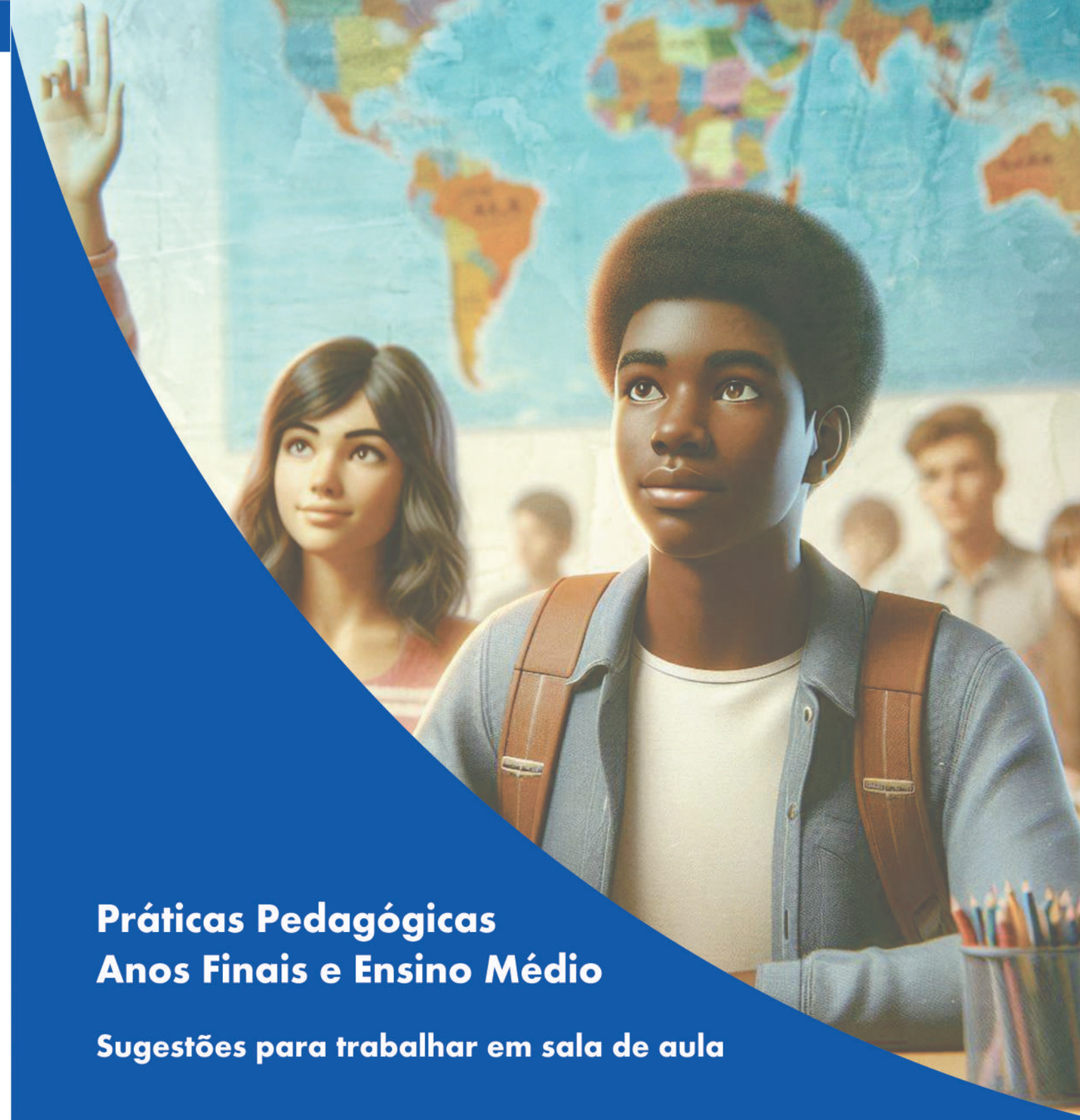
O(a) professor(a) deve também orientar os estudantes para que façam uma lista ou tabela de modo que especifique bem os locais pesquisados, diferenciando-os em municipais, estaduais e federais.

*Preencher a tabela com nomes de locais públicos, indicando com um X se ele é municipal, estadual ou federal.

A aula culmina com a apresentação dos levantamentos feitos pelos estudantes.

O(a) professor(a) deve orientá-los para se expressarem de forma livre e utilizarem os meios que julgarem pertinentes, como produção de vídeos, inclusive com os familiares em algum espaço público, informativos, cartazes, gráficos, encenações, paródias, entre outros.

Ao fim das apresentações, o(a) professor(a) deve mediar um debate com a participação de todos os estudantes, em formato de mesa redonda, na qual se expressem sobre a concepção deles em relação aos tributos, fazendo um paralelo sobre o conhecimento acerca do assunto antes e depois do projeto, bem como a concepção deles em relação à proteção e cuidado com os bens públicos. Espera-se que tenham entendido que os bens e serviços públicos são direitos que pertencem a todos os cidadãos, portanto, devem ser acessados, valorizados e cuidados por todos.



Práticas Pedagógicas
Anos Finais e Ensino Médio

Sugestões para trabalhar em sala de aula

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL
Consciência fiscal, a força do cidadão!
Gerência de Currículo da Educação Básica
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação
Secretaria da Fazenda

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO

PRÁTICA 1: EDUCAÇÃO FISCAL COMO EXERCÍCIO DE CIDADANIA

Autores:

Camila de Sousa Dardengo, Darcila Lopes Soares, Franciele Aparecida Magalhães Rocha, Ivanete Boldrini, Jacson Moreira de Souza e Zuleide Cristina Barbosa da Silva

COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG01 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

CG07 - Argumentar, com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

CG06 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

HABILIDADES CURRICULARES

EF06HI12/ES - Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas, compreendendo as diversas apropriações e significados ampliados do conceito de cidadania, república e democracia ao longo do tempo e nos dias atuais, problematizando as mudanças e permanências entre a democracia ateniense e a democracia no Brasil atual.

EF09HI022/ES - Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988, analisando que apesar da forte resistência encontrada, a mobilização popular conseguiu persistir e imprimir muitas de suas reivindicações no texto constitucional. A Constituição Federal de 1988 institui a garantia dos direitos fundamentais à educação, saúde, trabalho e moradia, que se realizam no exercício da cidadania e da constante mobilização social.

EM13CHS101 - Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

EF07HI07/ES - Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política e identificar os interesses sociais, culturais e religiosos que acarretaram a formação dos Estados Absolutistas.

EF09CI13 - Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações sustentáveis bem-sucedidas.



EM13CNT207 - Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

EM13CNT305 - Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.

EM13LGG102–EF/ES - Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nas práticas corporais veiculadas nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade, primando pela conduta ética (fair play).

EM13LGG303 - Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.

EM13LGG704 - Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede.

EM13LGG701-EFa/ES - Explorar Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), no desenvolvimento das Práticas corporais , compreendendo seus princípios e funcionalidades, e utilizá-las de modo ético, criativo, responsável e adequado a práticas de linguagem em diferentes contextos.

EM13LGG101ARTa/ES - Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos das artes visuais, do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos, contribuindo para a construção de identidades e de projetos de vida.

EM13LGG204 - Dialogar e produzir entendimento mútuo, nas diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais), com vistas ao interesse comum pautado em princípios e valores de equidade assentados na democracia e nos Direitos Humanos.

EM13LGG403 - Fazer uso do inglês como língua de comunicação global, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções dessa língua no mundo contemporâneo.

EM13LGG202 - EFb/ES - Experienciar e Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos presentes nas mídias sociais sobre as diversas práticas corporais, compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

EM13LGG703ING/ES - Utilizar a língua inglesa, as mídias e as ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.

EM13MAT203 - Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.

EM13LP01 - Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso, etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações.

EF06MA13 - Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

EM13LP03 - Analisar relações de intertextualidade e interdiscursividade que permitam a explicitação de relações dialógicas, a identificação de posicionamentos ou de perspectivas, a compreensão de paráfrases, paródias e estilizações, entre outras possibilidades.

EM13LP15 - Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal, etc.), sempre que o contexto o exigir.

EF07MA12 - Resolver e elaborar problemas que envolvam as operações com números racionais.

EM13LP11 - Fazer curadoria de informação, tendo em vista diferentes propósitos e projetos discursivos.

OBJETIVOS

O objetivo deste projeto é o de despertar a consciência do exercício de cidadania, que deve ser utilizada por todos os brasileiros em seu cotidiano, colaborando para a formação de contribuintes responsáveis, ativos e fiscalizadores dessas atividades.

Tendo em vista que a não conscientização dos contribuintes em relação aos destinos dados ao pagamento dos tributos leva-os a uma visão ainda desfigurada, agregada à força coercitiva do Estado para obtê-los e a perda patrimonial daquele que contribui. Afetando negativamente no exercício prático da cidadania e no financiamento das políticas públicas, políticas essas que são garantidoras dos direitos fundamentais, de um Estado Democrático de Direito.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A educação no país visa integrar o indivíduo na sociedade por meio do conhecimento, colaborando para o desenvolvimento em todas as etapas de sua vida desde a construção do caráter à sua formação profissional. Devido sua importância, esse projeto aborda uma de suas linhas, trazendo a Educação Fiscal como sendo um importante meio para o exercício da cidadania no Brasil.

Espera-se que essa prática auxilie o estudante a entender que o dinheiro arrecadado dos tributos, pagos pelos cidadãos, fazem parte das políticas públicas, que são responsáveis pela garantia dos direitos fundamentais do indivíduo, como: saúde, educação, etc.

Infelizmente, a administração irresponsável e a corrupção fazem com que os cidadãos tenham uma visão deturpada dos tributos. Devido a isso, há a necessidade de uma maior participação dos cidadãos na administração fiscal do Estado, em busca da correta destinação do dinheiro público, por meio da fiscalização por parte deles próprios. Isso mostra a necessidade do conhecimento tributário, por meio das atividades de Educação Fiscal, de forma a instigar e promover a participação dos indivíduos junto aos órgãos fiscalizadores.

A relação entre o Estado e os Cidadãos foi historicamente marcada por desacordos causados pela necessidade do governo em arrecadar recursos para financiar as atividades públicas de um lado e a ineficiente prestação de serviços públicos à sociedade, de outro. Neste contexto, a Educação Fiscal surgiu como opção para solucionar esse impasse, pois tem como meta a formação do cidadão consciente sobre seus direitos e deveres. Deveres de cumprir suas obrigações tributárias e direitos de requerer a correta aplicação dos recursos tributários arrecadados pelo Estado. Visando melhorar a consciência dos estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

PROBLEMATIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Se propõe aqui um trabalho interdisciplinar entre os componentes curriculares Matemática, História e Língua Portuguesa. Nesse trabalho, o(a) professor(a) de Matemática pode expor para os estudantes:

- a organização do Estado e dos poderes;
- estrutura e funcionamento da administração pública;
- a função socioeconômica dos tributos;
- os fundamentos da Constituição;
- o Sistema Tributário Nacional;
- os conceitos, características, classificação e espécies de tributos;
- os elementos da obrigação tributária;
- a classificação dos tributos quanto ao ente tributante;
- a repartição das receitas tributárias;
- os documentos fiscais.

Isso pode ser feito por meio de exposição teórica dos conteúdos, e de cálculos matemáticos, que se farão presentes na construção do conhecimento e entendimento sobre a função socioeconômica do tributo. Dessa maneira os estudantes estarão aptos a exercer seus deveres tributários, como: pedir cupom e nota fiscal, não comprar produtos “piratas”, não aderir ao “gato”, não sonegar impostos, dentre outras atitudes. Além disso, os estudantes também poderão entender que o controle social é tarefa de todo cidadão, e, por isso, este deve procurar os meios para exercer sua cidadania e participar da gestão pública.

Quanto ao(a) professor(a) de História, este pode abordar a origem dos tributos e a história do tributo no Brasil, implementando uma apresentação sobre a origem do processo tributarista, realizando um pequeno histórico sobre a tributação ao longo da História, desde a Antiguidade até os dias atuais, e discorrer sobre a tributação ao longo da História do Brasil, em suas diferentes épocas. Assim, os educandos podem perceber o significado e importância dos tributos, nos vários níveis, independentemente de sua utilização correta ou não, pelos agentes do Estado nas diferentes instâncias.

Em relação ao(a) professor(a) de Português, o trabalho pode ser desenvolvido com a interpretação de textos por meio da leitura de documentos diversos que se relacionam com a questão tributária, de forma que os estudantes consigam aprender os termos técnicos e as nuances implícitas, disponíveis em matérias tributárias e nas legislações de direito. Isso auxiliará os estudantes a se tornarem cidadãos críticos e participativos da gestão pública, capazes de compreender as informações oriundas das diversas mídias atuais.

SISTEMATIZAÇÃO

O desenvolvimento das habilidades cognitivas, dar-se-á por meio da abordagem de conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal, ao se expor o tema Educação Fiscal, por meio da:

- Interpretação de textos diversos da área tributária;
- Coleta de dados relacionados à Educação Fiscal em livros, revistas, sítios, e materiais didáticos;
- Leitura da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão;
- Leitura da Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- Leitura do Código de Defesa do Consumidor;
- Debates em sala de aula, acomnhados da leitura de textos/artigos relacionados

ao tema tratado e exibição de vídeos;

- Leitura de alguns artigos da Constituição Federal de 1988 e do Código Tributário Nacional;
- Acesso ao sítio Leãozinho. Disponível em:

<www.leaozinho.receita.fazenda.gov.br>;

- Identificação das siglas (Cofins, IPI, IOF, PIB, ISS, etc.);
- Gincana de maior coleta de notas e cupons fiscais para identificação dos tributos pagos e exercício da obrigação tributária;
- Identificação dos produtos mais consumidos e sua carga tributária;
- Identificação dos documentos fiscais e sua importância;
- Resolução de problemas matemáticos diversos envolvendo a questão tributária;
- Apresentação e discussão sobre propagandas enganosas encontradas nas diversas mídias.

Cada professor(a) que se predispor a abordar o tema, pode trabalhar todos os tópicos acima citados, ou então acordar e planejar com os colegas um trabalho interdisciplinar, e cada um desenvolver os tópicos que mais lhes apeteçam, ou que tenham melhor conhecimento e domínio.

A culminância do Projeto dar-se-á por meio de uma gincana, que será realizada nas dependências da Escola. A gincana será promovida pelos estudantes da turma escolhida para liderar o projeto, mas se destina a todos os estudantes da escola. Nesta gincana serão arrecadadas notas fiscais.

Com esta gincana, pretende-se abordar um subtema da Educação Fiscal. O tributo, especialmente os impostos indiretos como o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os estudantes participarão ativamente na verificação da existência do subtema tributos, arrecadando Nota Fiscal com imposto destacado no documento para cada produto e serviço oferecido na gincana. E, os demais estudantes vivenciarão esta existência de forma passiva.

Os professores envolvidos no projeto avaliarão seu desempenho profissional (Auto avaliação) no cumprimento de metas e cronogramas traçados e o desempenho dos seus estudantes. Assim, por meio de reuniões com a equipe, quando serão expostos os resultados alcançados e as dificuldades encontradas para cumprir o programa e o cronograma, os sucessos e as falhas operacionais na execução do plano de trabalho serão analisados com a finalidade de aprimorar o projeto. Além disso, serão divulgadas as boas práticas que poderão contribuir para a melhor execução do projeto por todos os membros da equipe. Por conseguinte, os estudantes serão avaliados pela participação nas atividades e gincanas. Considerando-se sua iniciativa, envolvimento e desempenho nas tarefas.

PRÁTICA 2: CIDADANIA NA ESCOLA

Autora: Carolina Martins de Siqueira Barbosa

4 COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG01 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

CG02 - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

CG06 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

HABILIDADES CURRICULARES

EF06HI12/ES - Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas, compreendendo as diversas apropriações e significados ampliados do conceito de wcidadania, república e democracia ao longo do tempo e nos dias atuais, problematizando as mudanças e permanências entre a democracia ateniense e a democracia no Brasil atual.

EF09CI12/ES - Justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e atividades a elas relacionadas, reconhecendo as legislações e as regulamentações que asseguram a existência das unidades de conservação, de modo a propor soluções sustentáveis para a composição dessas unidades em diferentes ecossistemas.

EF09CI13 - Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações sustentáveis bem-sucedidas.

EF09HI016/ES - Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação. Compreendendo que os documentos e marcos legais garantem o direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade, direito à educação pública, eliminação de qualquer tipo de preconceito (institucional, ambiental, alimentar, entre outros), respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual.



EM13CHS103HIS/ES - Elaborar hipóteses, compreender conceitos históricos, identificar temporalidades, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos, fontes e narrativas históricas e geográficas, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

EM13CHS504 - Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, socie-

dades e culturas.

EM13CHS401HIS/ES - Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas, informacionais e ambientais e das novas formas de produção e trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

EM13CNT305 - Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.

EM13LGG101ING/ES - Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, em língua inglesa, dispostos em letras de música, podcasts, séries ou filmes, publicidade e propaganda relacionados a um tema que retrate a realidade local em constantes diálogos com a conjuntura global, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

EM13LGG105 - Analisar e experimentar diversos processos de remidiação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social.

EM13LGG302 - Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.

EM13CNT207 - Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

EM13CNT301FISa/ES - Construir questões, elaborar hipóteses, previsões e estimativas, empregar instrumentos de medição e representar e interpretar modelos explicativos, dados e/ou resultados experimentais para construir, avaliar e justificar conclusões de enfrentamento de situações-problema de comunicação, transporte, saúde, ou outro, com correspondente desenvolvimento científico e tecnológico.

EM13LGG102 - Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

EM13LGG202ARTb/ES - Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem artísticas e culturais, compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

EM13LGG601 - Apropriar-se do patrimônio artístico e da cultura corporal de movimento de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de disputa por legitimidade.

EM13LGG301-EFb/ES - Participar de processos de produção individual e colaborativa de conteúdo de mídia digital, em diferentes linguagens corporais, levando em conta sua experiência nas práticas corporais nas diferentes formas e funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.

EM13LP20 - Compartilhar gostos, interesses, práticas culturais, temas/ problemas/questões que despertam maior interesse ou preocupação, respeitando e valorizando diferenças, como forma de identificar afinidades e interesses comuns, como também de organizar e/ou participar de grupos, clubes, oficinas e afins.

EF06MA11 - Resolver e elaborar problemas com números racionais positivos na representação decimal, envolvendo as quatro operações fundamentais e a potenciação, por meio de estratégias diversas, utilizando estimativas e arredondamentos para verificar a razoabilidade de respostas, com e sem uso de calculadora.

EM13MAT203 - Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.

EM13LP12 - Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.

EM13LP22 - Construir e/ou atualizar, de forma colaborativa, registros dinâmicos (mapas, wiki, etc.) de profissões e ocupações de seu interesse (áreas de atuação, dados sobre formação, fazeres, produções, depoimentos de profissionais, etc.) que possibilitem vislumbrar trajetórias pessoais e profissionais.

EF06MA13 - Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS:

- Compreender a importância da Educação Fiscal na sociedade.

4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer os tributos e como eles estão presentes em nosso cotidiano;
- Conhecer o funcionamento da escola;
- Ampliar o sentimento de pertencimento do estudante à escola;
- Incentivar a gestão escolar participativa;
- Buscar e solucionar problemas reais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Essa prática metodológica busca tratar do tema integrador Educação Fiscal com atividades que envolvam o estudante na rotina da escola, e que o auxiliem a compreender a fonte que financia a educação pública em nosso país. Espera-se também melhorar o diálogo entre gestão e estudantes, favorecendo uma gestão participativa. O desenvolvimento dessa temática é importante na formação de cidadãos críticos e conscientes, que compreendam o seu papel dentro da sociedade.

PROBLEMATIZAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Abaixo estão detalhadas as sequências pedagógicas para o(a) professor(a) aplicar em sala de aula.

- PESQUISA: Divida a turma em grupos de cinco estudantes, e solicite que realizem uma pesquisa voltada para as seguintes perguntas:
- De onde vem os recursos que mantém o ensino no país?
- O que é o Fundeb? Quais receitas o compõem?

Professor(a), após os estudantes realizarem as pesquisas você pode passar um vídeo para que eles melhor compreendam o assunto.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3STy6Vca_eQ
Acesso: 27 de maio de 2024

Sugestões de vídeos explicativos:

- NO SUPERMERCADO: Como continuação da pesquisa, os grupos devem pesquisar as seguintes informações:

Quanto vale uma cesta básica? Crie uma tabela que contenha o nome de todos os produtos da cesta básica, o preço de cada produto, o imposto incidente sobre cada produto (ICMS e IPI) e o valor total da cesta básica.

Esses impostos são estaduais ou federais? Agora, do total pago em uma cesta básica, quanto foi para a educação? (Para simplificar utilize a porcentagem de valor repassado pelo Fundeb) Ferramentas como o Excel são bem-vindas!

- MÚSICA: Gabriel O Pensador – Chega

Reserve o momento inicial da aula para fazer

um link com as aulas anteriores, relembrando as



pesquisas feitas. Após essa conexão, passe a música “CHEGA” do artista Gabriel O Pensador- Realize um debate com a turma sobre a letra da música, discutindo:

- Qual é a mensagem que a música “Chega” quer passar?
- Você (estudante) já ouviu alguém, ou você mesmo, expressar insatisfação em relação a algum dos elementos dos quais a música trata?
- Quais seriam caminhos possíveis para que os tributos sejam melhor utilizados?
- Quais são as ferramentas do cidadão para o controle dos gastos públicos?

Na sua escola: A turma deve agendar uma reunião (preferencialmente para o horário da aula) com o(a) diretor(a) da escola, para entender sobre o orçamento da escola. Para essa reunião os estudantes devem eleger dois representantes para participarem da conversa com o(a) diretor(a), perguntando no mínimo:

- Qual o valor monetário total repassado pelo governo para a sua escola?
- Como esse dinheiro é gasto?
- A merenda é paga pela escola ou pelo Estado?
- O valor recebido é suficiente para as necessidades da escola?
- Como os estudantes podem fazer para requerer do estado/município alguma demanda urgente da escola?

A entrevista pode ser feita em formato de podcast, também recursos como gravação de áudio e vídeo podem ser utilizados. Todas as respostas devem ser anotadas, criando um pequeno caderno virtual para a turma. Debata com a turma sobre as respostas coletadas.

Projeto: Proponha um pequeno projeto para a turma. Fica a cargo do(a) professor(a) se a turma será dividida em grupos ou se o projeto será feito por todos de maneira colaborativa. A turma deverá:

- Identificar algum problema em sua escola.
- Propor uma solução para esse problema.
- Fazer um orçamento para ver qual o valor necessário para colocar a solução proposta em prática. Como esse valor se encaixaria no orçamento da sua escola? A solução proposta é viável?
- O(s) grupo(s) deve(m) apresentar os resultados utilizando os recursos que acharem pertinentes. Incentive-os a usar a criatividade para a apresentação, como encenações, paródias, vídeos, cartazes, slides, *podcasts*, entre outros.
- Ao término da apresentação dos projetos, o(a) professor(a) pode fazer uma sintetização dos principais conceitos estudados e das principais dúvidas dos estudantes.

É importante destacar que a sequência didática acima foi pensada como aulas sucessivas, mas nada impede que sejam adaptadas e lecionadas de forma separada.



PRÁTICA 3: CONSTRUINDO A CIDADANIA

Autor: João Evangelista de Sousa

COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG01 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

CG06 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

HABILIDADES CURRICULARES

EM13CHS504 - Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

EF07GE06/ES - Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas e construção do espaço geográfico em diferentes lugares.

EF08ER06 - Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.

EM13CNT207 - Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

EM13LGG105 - Analisar e experimentar diversos processos de remidiação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social.

EM13CHS201 - Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

EM13LGG101ARTd/ES - Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos - das artes visuais, do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música -, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos, pautado pela ética.

EF09CI13 - Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações sustentáveis bem-sucedidas.

EM13CNT305 - Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.

EM13LGG204 - Dialogar e produzir entendimento mútuo, nas diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais), com vistas ao interesse comum pautado em princípios e valores de equidade assentados na democracia e nos Direitos Humanos.

EF09HI016/ES - Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação. Compreendendo que os documentos e marcos legais garantem o direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade, direito à educação pública, eliminação de qualquer tipo de preconceito (institucional, ambiental, alimentar, entre outros), respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual.

EM13LGG302-EFa/ES - Posicionar-se criticamente a partir de estudo coletivo sobre as diversas visões de mundo presentes nas diferentes práticas corporais, levando em conta seus contextos de produção e de circulação de discursos discriminatórios.

EM13LGG303 - Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.

EM13LGG704 - Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede.

EF06MA11 - Resolver e elaborar problemas com números racionais positivos na representação decimal, envolvendo as quatro operações fundamentais e a potenciação, por meio de estratégias diversas, utilizando estimativas e arredondamentos para verificar a razoabilidade de respostas, com e sem uso de calculadora.

EM13LGG102 - Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

EM13LGG402/ES - Empregar, nas interações sociais, considerando a sala de aula, as redes sociais, espaços não formais de educação, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e sem preconceito linguístico.

EM13LGG703ING/ES - Utilizar a língua inglesa, as mídias e as ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.

EF06MA13 - Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

EM13MAT203 - Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.

OBJETIVOS

Conhecer a história dos tributos, como estão presentes em nosso cotidiano e sua importância na manutenção de direitos fundamentais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apresentar para os estudantes o vídeo “Tributos - Que História é Essa?”, abordando a importância dos tributos para que o Estado possa possibilitar e garantir o acesso dos cidadãos a direitos fundamentais.

Tributos – Que história é essa?



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-s_yAXOzCGk
Acesso: 27 de maio de 2024

- Estabelecer um diálogo sobre o tema antes de apresentar o vídeo, colhendo dos estudantes seu conhecimento prévio em relação ao tema abordado.

- Debater com os estudantes na conclusão da aula, esclarendo que os tributos viabilizam e possibilitam uma sociedade mais justa e igualitária.

PROBLEMATIZAÇÃO

A partir do título do vídeo o(a) professor(a) pode apresentar algumas perguntas norteadoras para fomentar o debate e descobrir o que já sabem sobre tributos, antes de assistirem o vídeo, tais como:

- Qual a origem dos tributos?
- Quem paga tributo?
- Quais produtos contém impostos imbutidos diretamente e quais contém impostos indiretamente?
- Qual a porcentagem de impostos está imbutido nos produtos?

- Após assistir ao vídeo coletivamente, a turma pode discutir sobre as principais questões levantadas.
- Após o vídeo e o diálogo com os estudantes, o professor divide a turma em grupos (a quantidade é escolha do professor) e pede para realizarem uma pesquisa de preços sobre os produtos que compõem a cesta básica, em supermercados, mercearias ou mercadinhos próximo a sua casa, ou seja, nos locais em que sua família tem o hábito de fazer compras.
- Oriente os estudantes para que façam uma lista ou tabela de modo que especifique bem os produtos pesquisados, e diferencie os impostos municipais, estaduais e federais.



SISTEMATIZAÇÃO

A aula culmina com a apresentação dos levantamentos feitos pelos estudantes.

O(a) professor(a) deve orientá-los para se expressarem de forma livre e utilizarem os meios que julgarem pertinentes, como produção de vídeos, informativos, cartazes, gráficos, encenações, paródias, entre outros.

Ao fim das apresentações, o(a) professor(a) deve mediar um debate com a participação de todos os estudantes, em formato de mesa redonda, em que se expressem sobre a concepção deles em relação aos tributos, fazendo um paralelo sobre o conhecimento acerca do assunto antes e depois do projeto, bem como a concepção deles em relação à proteção e cuidado com os bens públicos, espera-se que tenham entendido que os bens e serviços públicos são direitos que pertencem a todos os cidadãos, portanto devem ser acessados, valorizados e cuidados por todos.

PRÁTICA 4:

ESTATÍSTICA: UM MEIO POSSÍVEL PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO FISCAL

Autores: Mariany Martins Bitencourt, Jaqueline Castanhi dos Santos, Renara Albrigo Santana, Lucas Leal da Silva e Marelon R. J. V. dos Santos

COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG06 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

CG07 - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

HABILIDADES CURRICULARES

EF08GE20 - Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.

EF06HI12/ES - Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas, compreendendo as diversas apropriações e significados ampliados do conceito de cidadania, república e democracia ao longo do tempo e nos dias atuais, problematizando as mudanças e permanências entre a democracia ateniense e a democracia no Brasil atual.

EF09CI13 - Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações sustentáveis bem-sucedidas.

EF09GE14 - Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais.

EF09HI022/ES - Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988, analisando



que apesar da forte resistência encontrada, a mobilização popular conseguiu persistir e imprimir muitas de suas reivindicações no texto constitucional. A Constituição Federal de 1988 instituiu a garantia dos direitos fundamentais à educação, saúde, trabalho e moradia, que se realizam no exercício da cidadania e da constante mobilização social.

EM13CHS606 - Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas, etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

EM13CNT202 - Analisar as diversas formas de manifestação da vida em seus diferentes níveis de organização, bem como as condições ambientais favoráveis e os fatores limitantes a elas, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como softwares de simulação e de realidade virtual, entre outros).

EM13CNT305 - Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.

EM13LP05 - Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.

EM13LGG202ARTa/ES - Pesquisar e analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas expressões artísticas, compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

EM13LGG403 - Fazer uso do inglês como língua de comunicação global, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções dessa língua no mundo contemporâneo.

EM13CNT207 - Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

EM13LP04 - Estabelecer relações de interdiscursividade e intertextualidade para explicitar, sustentar e conferir consistência a posicionamentos e para construir e corroborar explicações e relatos, fazendo uso de citações e paráfrases devidamente marcadas.

EM13LGG102 - Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

EM13LGG303 - Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.

EM13LGG701 - Explorar Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), compreendendo seus princípios e funcionalidades, e utilizá-las de modo ético, criativo, responsável e adequado a práticas de linguagem em diferentes contextos.

EM13LGG704 - Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação,

por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede.

EF07MA36 - Planejar e realizar pesquisa envolvendo tema da realidade social, identificando a necessidade de ser censitária ou de usar amostra, e interpretar os dados para comunicá-los por meio de relatório escrito, tabelas e gráficos, com o apoio de planilhas eletrônicas.

EF08MA27 - Planejar e executar pesquisa amostral, selecionando uma técnica de amostragem adequada, e escrever relatório que contenha os gráficos apropriados para representar os conjuntos de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central, a amplitude e as conclusões.

EM13MAT202 - Planejar e executar pesquisa amostral sobre questões relevantes, usando dados coletados diretamente ou em diferentes fontes, e comunicar os resultados por meio de relatório contendo gráficos e interpretação das medidas de tendência central e das medidas de dispersão (amplitude e desvio padrão), utilizando ou não recursos tecnológicos.

EF06MA33/ES - Planejar e coletar dados de pesquisa referente a práticas sociais escolhidas pelos estudantes e fazer uso de planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação das informações, em tabelas, vários tipos de gráficos e texto, oportunizando o trabalho interdisciplinar com a habilidade (EF06LP20).

EF08MA23 - Avaliar a adequação de diferentes tipos de gráficos para representar um conjunto de dados de uma pesquisa.

EF09MA22 - Escolher e construir o gráfico mais adequado (colunas, setores e linhas), com ou sem uso de planilhas eletrônicas, para apresentar um determinado conjunto de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central.

EM13MAT406 - Construir e interpretar tabelas e gráficos de frequências com base em dados obtidos em pesquisas por amostras estatísticas, incluindo ou não o uso de softwares que inter-relacionem estatística, geometria e álgebra.

OBJETIVOS

Espera-se que os estudantes, ao final dessa sequência didática, sejam capazes de relacionar o conhecimento estatístico aos elementos da Educação Fiscal e compreensão de ambos;

- Manusear dados de tabelas e gráficos;
- Montar tabelas e gráficos e entender qual o mais adequado a se utilizar dentro de cada contexto e/ou problema;
- Analisar gráficos e tabelas;
- Reconhecer e analisar documentos fiscais, e a importância dos tributos.



CONTEXTUALIZAÇÃO

No meio escolar o(a) professor(a) encontra distintos estudantes com habilidades cognitivas diferentes, alguns com uma facilidade maior ou menor em aprender e assimilar o conhecimento. Na busca de inspirar ambos os tipos de estudantes a compreenderem como as informações que permeiam seu cotidiano acabam se convergindo.

Nesse sentido é muito importante fornecer aos estudantes e participantes informações sobre a Educação Fiscal, contribuindo assim para seu papel como cidadão na sociedade em que está inserido. A importante e imprescindível função social dos tributos, ao ser abordada, pode demonstrar uma nova perspectiva dos componentes curriculares e da educação como um todo para os estudantes, que podem visualizar na prática, no seu cotidiano, uma forma de bem empregar o que aprendem na escola, o que pode atribuir maior leveza aos conteúdos, sobretudo de estatística, que será muito empregado nesse estudo, que os educandos entendam a prática da cidadania que se alcança por meio do entendimento da Educação Fiscal, e como eles podem interagir de forma ativa com as mudanças da comunidade em que vivem, como mostra Corbari (2004, p. 108), Segundo a Base Nacional Comum Curricular -BNCC- (2018, p. 265):

A proposta elaborada contém parte do conteúdo orientado pela BNCC, Estatística e Probabilidade, juntamente com a Educação Fiscal, oferecendo uma possibilidade na qual os estudantes poderão associar a realidade de seu cotidiano com os conteúdos ensinados na escola, além de compreenderem a função social dos tributos e sua importância para o exercício da cidadania, permitindo a organização de uma aprendizagem na qual o assunto estudado relacione o conhecimento científico com o ambiente no qual o estudante está inserido, sua realidade, trazendo uma ampla compreensão e sentido do conteúdo ministrado (Reis, 2013).

PROBLEMATIZAÇÃO

A princípio o(a) professor(a) deverá conceituar para os estudantes os elementos estudados em estatísticas e seus significados, apresentando gráficos e organizando as informações em tabelas que facilitem a leitura do levantamento. Esta primeira atividade pode ser uma de domínio do(a) professor(a) com o conteúdo para que seja mais dinâmica e de fácil compreensão dos estudantes. Dominelli (2011), sugere que caso os estudantes não tenham uma ideia inicial a propor, o(a) professor(a) poderá iniciar a atividade coletando as informações sobre a altura dos estudantes, número de calçado, número de irmão, entre outros. Sendo assim já poderá, após organização das informações levantadas, conceituar os elementos trabalhados em Estatística.

Nas próximas atividades deverão ser introduzidos estudos relacionados a Educação Fiscal, o(a) professor(a) deverá conceituar o que é Educação Fiscal e quais são os principais tributos, dividir a turma em grupo e pedir para que um texto seja escrito com o seguinte assunto: a importância da Educação Fiscal na sociedade.

Construído e conceituado com os estudantes os principais elementos da Estatística e os principais tributos, o(a) professor(a) deverá propor para que eles relacionem esses dois aprendizados para a elaboração de uma pesquisa externa. Caso a turma não consiga criar nenhuma proposta o docente poderá propor uma que ache interessante ou passar à seguinte:

Os estudantes deverão realizar um levantamento onde moram, organizando em tabelas e gráficos das informações obtidas.

1 - Você sabe o que é Educação Fiscal?

- Após a resposta o estudante deverá explicar ao morador entrevistado do que se trata a Educação Fiscal.
- A Educação Fiscal é a construção do pensamento em vantagem do exercício da cidadania, proporcionando ao cidadão a participação dos instrumentos social e fiscal do Estado.

2 - Você sabe o que são tributos?

- Após a resposta o estudante deverá explicar ao morador entrevistado o que são tributos.
- Os tributos compõem um sistema de coleta de valores cobrados pelo governo com o intuito de manter a funcionalidade do Estado. No Brasil é a fonte de maior importância para o financiamento dos serviços públicos.
- Exemplo de Tributos: os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

3- Você sabe qual importância de exigir o CPF nas notas fiscais?

- Após a resposta o estudante deverá explicar ao entrevistado sobre a importância de exigir o CPF na nota fiscal.

- O cidadão garante que a mercadoria pertence a ele com o documento fiscal, assim como a obtenção de uma garantia para possíveis trocas de produto adquirido.
- Uma parcela do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) arrecadado pelo estado é repassada para os municípios. O ICMS é um imposto estadual que comumente incide sobre a venda e transporte de mercadorias.
- É um direito do cidadão a exigência da nota fiscal.
- Com a emissão da nota fiscal, o valor pago pelo cidadão é garantido na exigência do imposto pelo Estado, podendo ser revertido em melhorias para a sociedade.
- É a partir da receita gerada pelos tributos que o Estado consegue investir em infraestrutura e melhoria na sociedade.

4 - Agora, conhecendo a Educação Fiscal e com o entendimento da importância dos tributos você acredita que isso possa contribuir para o exercício da sua cidadania plena? (Resposta subjetiva do entrevistado)

- Como o levantamento será feito em grupo, é importante que a realização das entrevistas varie o entrevistador, para que o conteúdo seja fixado e compreendido pelos diferentes estudantes.

SISTEMATIZAÇÃO

Tendo em mãos os levantamentos feitos pelos estudantes e organizados em tabelas, será realizada uma nova organização dos dados contendo todas as pesquisas dos distintos grupos, sendo assim, uma nova tabela e a elaboração de um novo gráfico, com base nas habilidades desenvolvidas em sala.

Por último, eles deverão apresentar um relatório final contendo suas experiências e aprendizados.

Além disso, a sistematização se dará durante todo o processo de aprendizagem, desde o momento que os conteúdos forem apresentados à turma, até o termino da pesquisa com a organização das tabelas e elaboração dos gráficos em sala de aula. O(a) professor(a) fará uma análise dos relatórios apresentados pelos grupos, e por fim, avaliarão os componentes do próprio grupo.

É importante que todos tenham uma devolutiva dos conhecimentos construídos ao longo do processo.



PRÁTICA 5:

MATEMÁTICA FINANCEIRA E EDUCAÇÃO FISCAL: O ESTUDO INTERDISCIPLINAR

Autores: Flávia Cristina Silva de Oliveira e Karolyna dos Santos Franklin

COMPETÊNCIAS GERAIS ABORDADAS

CG01 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

CG07 - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

HABILIDADES CURRICULARES

EF07GE02 - Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.

EF09HI017/ES - Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil, do Estado do Espírito Santo e da região do entorno escolar a partir de 1946 até o tempo presente. Analisando e produzindo linhas cronológicas que destaquem esses movimentos históricos, manuseando e utilizando fontes históricas diversas como memória coletiva, línguas, dialetos, marcos e conquistas políticas e práticas culturais.

EF09CI13 - Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações sustentáveis bem-sucedidas.

EM13CNT202 - Analisar as diversas formas de manifestação da vida em seus diferentes níveis de organização, bem como as condições ambientais favoráveis e os fatores limitantes a elas, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como softwares de simulação e de realidade virtual, entre outros).

EM13LP12 - Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.

EF07GE05/ES - Analisar fatos e situações representativas das alterações ocorridas entre o período mercantilista e o advento do capitalismo, identificando o funcionamento do capitalismo e considerando as especificidades que marcam cada uma das fases: comercial, industrial, financeiro ou monopolista.

EF09HI022/ES - Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988, analisando que apesar da forte resistência encontrada, a mobilização popular conseguiu persistir e imprimir muitas de suas reivindicações no texto constitucional. A Constituição Federal de 1988 institui a garantia dos direitos fundamentais à educação, saúde, trabalho e moradia, que se realizam no exercício da cidadania e da constante mobilização social.

EM13CHS205 - Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

EM13CNT207 - Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

EM13LP11 - Fazer curadoria de informação, tendo em vista diferentes propósitos e projetos discursivos.

EM13LP15 - Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal, etc.), sempre que o contexto o exigir.

EM13LP17 - Elaborar roteiros para a produção de vídeos variados (vlog, videoclipe, videominuto, documentário, etc.), apresentações teatrais, narrativas multimídia e transmídia, podcasts, playlists comentadas etc., para ampliar as possibilidades de produção de sentidos e engajar-se em práticas autorais e coletivas.

EM13LGG105 - Analisar e experimentar diversos processos de remidiação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social.

EM13LGG202ARTa/ES - Pesquisar e analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas expressões artísticas, compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

EM13LP18 - Utilizar softwares de edição de textos, fotos, vídeos e áudio, além de ferramentas e ambientes colaborativos para criar textos e produções multissemióticas com finalidades diversas, explorando os recursos e efeitos disponíveis e apropriando-se de práticas colaborativas de escrita, de construção coletiva do conhecimento e de desenvolvimento de projetos.

EM13LP55/ES - Apropriar-se dos textos multimodais diversos e das ferramentas digitais para reconhecer características, particularidades e uso dessas ferramentas, utilizando-as no cotidiano.

EM13LGG305 - Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética.

EM13LGG301ARTb/ES - Investigar e participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens artísticas, levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.

EM13LGG401/ES - Analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, das comunidades tradicionais presentes no território capixaba (quilombolas, pomeranos, indígenas, entre outros).

EM13LGG701 - Explorar Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), compreendendo seus princípios e funcionalidades, e utilizá-las de modo ético, criativo, responsável e adequado a práticas de linguagem em diferentes contextos.

EF07MA12 - Resolver e elaborar problemas que envolvam as operações com números racionais.

EF09MA24/ES - Resolver e elaborar problemas que envolvam juros simples e compostos no contexto da educação financeira com ou sem uso de tecnologias digitais.

EM13LGG601-EFb/ES - Apropriar-se, a partir de estudo coletivo, do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade dentro das práticas corporais das danças, bem como os processos de legitimação dessas manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica.

EF06MA13 - Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

EF07MA36 - Planejar e realizar pesquisa envolvendo tema da realidade social, identificando a necessidade de ser censitária ou de usar amostra, e interpretar os dados para comunicá-los por meio de relatório escrito, tabelas e gráficos, com o apoio de planilhas eletrônicas.

EM13MAT203 - Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.

OBJETIVOS

- Espera-se que os estudantes sejam capazes de realizar uma profunda análise sobre o controle social dos recursos da educação básica pública;
- Despertar o papel social de cada indivíduo, transformando-se em sujeito disseminador de informações quanto a fiscalização da atividade pública;
- Analisar a importância da Educação Fiscal no processo de formação dos futuros cidadãos, visando apresentar o significado e a importância dos tributos na sociedade;
- Compreender a necessidade da emissão de documentos fiscais, como forma de arrecadação dos tributos, para o provimento, conservação e manutenção dos benefícios públicos;
- Sensibilizar para a conservação do bem comum, como forma de exercício da cidadania;

CONTEXTUALIZAÇÃO

A aula “Matemática Financeira e Educação Fiscal: o estudo interdisciplinar” se desenvolve por meio da leitura e compreensão de documentos fiscais e tributos (cupom ou nota fiscal, IPTU, IPVA, IRPF, IRPJ, talão de conta de energia e/ou água), identificando todos os dados presentes no documento (valores de cada item, imposto sobre cada item e valor total dos tributos).

A partir do desenvolvimento das habilidades indicadas e do estudo de taxas e juros simples e compostos, são efetuados cálculos com o objetivo de corrigir os valores envolvidos nas transações financeiras, a correção que se faz ao emprestar ou aplicar um determinado valor durante um período de tempo. Através dessa concepção é possível introduzir a Educação Fiscal dentro da sala de aula.

A metodologia de ensino utilizada será baseada na Modelagem Matemática, tornando o estudo acessível a todos os estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, tendo como objetivo conscientizar os futuros cidadãos sobre a importância da Educação Fiscal para o nosso cotidiano. Dessa forma, todos os discentes têm um papel ativo nesse processo, ou seja, todo o trabalho a ser realizado deve ser feito de forma clara e compreensível, para assim conseguir alcançar os objetivos desejados.



PROBLEMATIZAÇÃO

Para dar início ao projeto, pediremos que tragam de casa todos os possíveis documentos que contenham alguma arrecadação de tributos (municipal, estadual ou federal). Com esses documentos em mãos, faremos uma análise em grupo e será pedido que anotem os dados relevantes desses documentos para o estudo do conteúdo. Faremos um trabalho de mural com todos os documentos fiscais, deixando destacado os impostos presentes no documento, e uma pequena explicação do que é cada imposto e para que serve. Esse mural ficará exposto na escola.

Em um segundo momento, será apresentado o jogo Banco Imobiliário para a turma. Planejamos por meio de jogos, tanto virtuais como presenciais, trabalhar com os conteúdos da matemática financeira – juro e porcentagem – de uma forma mais leve e divertida. Escolhemos o jogo Banco Imobiliário, que apesar de ser um jogo antigo, trata do conteúdo de uma forma descontraída e fácil.

Com ele o estudante aprenderá a manipular o dinheiro em espécie, além da adaptação com cartão de crédito. Para fazer uma interlocução

com a Educação Fiscal, a cada jogada relacionaremos o valor do imóvel/ação com os tributos que os acompanham.

Utilizaremos dois meios de pesquisa: prática e teórica. A pesquisa teórica visa construir um levantamento acerca do que o meio social de cada um sabe a respeito do conteúdo Educação Fiscal. Utilizaremos a ferramenta Formulário Google para criar a folha de pesquisa.

Já na pesquisa prática, será realizada uma atividade para comparar o preço dos alimentos em diferentes comércios. Por exemplo: será feita uma relação entre os tributos com situações reais (como o preço do arroz), onde será pedido ao estudante que pesquise os valores do alimento em cerca de cinco locais diferentes.

Após essa pesquisa, com os fundos do projeto, será feita a compra desse alimento nos cinco locais diferentes requerendo a nota fiscal para que então possa ser calculado o valor dos impostos sobre cada produto.

SISTEMATIZAÇÃO

- Produção e socialização dos conhecimentos;
- Confecção do mural;
- Participação no jogo;
- Debate em grupo acerca das pesquisas;
- Participação na produção do formulário para a pesquisa teórica.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.
- ESAF, Escola de Administração Fazendária. PNEF - Programa Nacional de Educação Fiscal: Documento Base. 2ª ed. Brasília, 2015.
- CNE/CEB, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
- CNE/CEB, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010. CNE/CEB, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.
- MEC (Ministério da Educação). Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasília, 2019.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.
- BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- Lei nº 12.741, de 08 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.
- ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado de Educação. Currículo do Espírito Santo. Vitória: 2020.
- Protocolo ICMS 44/19, de 29 de julho de 2019. Dispõe sobre a manutenção e fortalecimento do PNEF (Programa Nacional de Educação Fiscal) no âmbito Estadual.
- Brasil. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Educação fiscal no contexto social / Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014.
- Brasil. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Relação estado-sociedade / Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014.
- Brasil. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF.

Função social dos tributos / Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014.

- Brasil. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Gestão democrática dos recursos públicos / Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014
- Canal Educação Fiscal. Vídeo Educação Fiscal. *Youtube*, 18 de março de 2014. Disponível em: <https://youtu.be/bogNyER_DyY>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.
- Grupo de Educação Fiscal Estadual, Gefe-SP. O mundo mágico da cidadania - Parte 1 - A História dos Tributos. *Youtube*, 4 de agosto de 2016. Disponível em: <https://youtu.be/wgqXTu9RkFk>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Correia, Marcela. Nossa rua tem problemas - Contação de História. Youtube, 24 de novembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/1f7KpCMoIxs >. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Bisnagas Kids. A ÁRVORE GENEROSA - Historinha/ Dia Da Árvore/ Histórias Curtas. Youtube, 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/l3swWsXUCXs>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- CEI 01 de Sobradinho. História Somos Todos Extraordinários. Youtube, 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/w_na1wr_pOI>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Suzi Conta e Canta. Hoje Me Sinto um abecedário de emoções. Youtube, 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/LHSVUwA7hAE >. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Histórias que a Isa conta. JANE AUSTEN - GRANDES MULHERES QUE MUDARAM O MUNDO | KATE PANKHURST. Youtube, 23 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/fPq4UcUMIRU>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Tatiana Moura Ferreira. A Última Árvore da Cidade. Youtube, 19 de junho de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/ltvyIxtPsAQ>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Histórias para Crianças, por Luciana Santana. Como Se Fosse Dinheiro. Youtube, 22 de junho de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/Jsu-BMGDoGY>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Educação Fiscal Santa Maria. 130 - Os Tributos na História e sua Função Social. *Youtube*, 14 de outubro de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/xyLDdrXyMSI>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Prof Anderson Mota. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS | Características e Diferenças. Youtube, 17 de junho de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/C5E6h-0guIxg>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.
- Record News. Entenda o que é o Fundeb. Youtube, 18 de fev. de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/3STy6Vca_eQ>. Acesso em 09 de novembro de 2023.
- Conviva Educação. Arrecadação e investimento dos recursos da educação - Como funciona o FUNDEB? Youtube, 12 de dez. de 2013. Disponível em: <https://youtu.be/IVhkU_gW5OY>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- Gabriel o Pensador. Chega (Video Lyric). Youtube, 15 de março de 2015. Disponível em: <https://youtu.be/S9FTlI1KuJA>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.
- ICDP Cursos e Treinamentos - Cursos na Baixada Santista - SP. Tributos - Que História é Essa? Youtube, 24 de março de 2015.
- Disponível em: <https://youtu.be/-s_yAXOzCGk>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.



Gerência de Currículo
da Educação Básica

PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
FISCAL
Consciência fiscal, a força do cidadão!

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação
Secretaria da Fazenda